



UC/FPCE 2013

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Associações entre a Desregulação Emocional, a Vinculação aos Pares e o Tempo de Institucionalização em Adolescentes Acolhidos em Lares de Infância e Juventude

Alexandra Isabel Morgadinho Lino
(e-mail: alexandra.imlino@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia, Área de Especialização em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, sob a orientação da Professora Doutora Luiza Nobre Lima

Associações entre a Desregulação Emocional, a Vinculação aos Pares, e o Tempo de Institucionalização em Adolescentes acolhidos em Lares de Infância e Juventude

Um cuidado seguro e adequado durante os primeiros anos de vida tem sido amplamente relacionado com o desenvolvimento da capacidade de auto regulação emocional (Sroufe, 2005), bem como com o desenvolvimento de relações significativas com os outros, como é o caso dos pares (Wilkinson, 2004). Em adolescentes institucionalizados, cujo desenvolvimento foi marcado por experiências emocionais inseguras, é comum existir uma maior desregulação emocional e uma inabilidade para se relacionar com os outros de forma adequada (Shields, Ryan & Cicchetti, 2001).

O presente estudo, realizado com uma amostra de 100 adolescentes de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 12 aos 18 anos de idade, a quem foi aplicada como medida de proteção o acolhimento prolongado em Instituição, teve por objetivo estudar: 1) as relações entre a desregulação emocional, a vinculação aos pares e o tempo de institucionalização, e 2) o efeito mediador do tempo de institucionalização na relação entre as outras duas variáveis. Para o efeito foram utilizados um breve questionário sociodemográfico concebido especificamente para esta investigação, o Inventário de Desregulação Abreviado (Mezzich, Tarter, Giancola & Kirish, 2001; versão portuguesa Petiz & Rijo, 2011), e o Inventory of Parent and Peer Attachment (Armsden & Greenberg, 1987; versão portuguesa Neves, 1995).

Os resultados obtidos demonstraram que a vinculação aos pares – total, comunicação e confiança – se encontra especial e negativamente associada à desregulação cognitiva, mais nos rapazes que nas raparigas. Assim, quanto maior for a desregulação cognitiva, menor será a percepção de vinculação aos pares. O tempo de permanência na instituição revelou não exercer qualquer influência sobre a relação entre estas variáveis.

Palavras-chave: desregulação emocional, vinculação aos pares, adolescentes institucionalizados

Associations between Emotion Dysregulation, Peer Attachment, and Length of Institutionalization in Adolescents living in Residential Care

A secure and appropriate care during the first years of life has been widely related with the development of self regulation skills (Sroufe, 2005), as well as with the development of significant relationships with others, like peers (Wilkinson, 2004). Adolescents living in residential care, who have lived insecure emotional experiences, are prone to be more emotionally dysregulated and to have an inability to maintain adequate relationships with others (Shields, Ryan & Cicchetti, 2001).

The present research, carried out with a sample of 100 adolescents from both genders, with ages between 12 and 18 years old, living in residential care under the protection measure of extended placement in an Institution, had as main objective to study: 1) the relationship between emotion dysregulation, peer attachment and length of institutionalization and 2) the mediating effect of the length of institutionalization in the relationship between those two variables. For this purpose, it was used a brief sociodemographic questionnaire, conceived specifically for this research, the Abbreviated Dysregulation Inventory (Mezzich, Tarter, Giancola & Kirish 2001; portuguese version Petiz & Rijo, 2011) and the Inventory of Parent and Peer Attachment (Armsden & Greenberg, 1987; portuguese version Neves, 1995).

Findings showed that peer attachment – total, communication and trust – is specially and negatively associated with cognitive dysregulation, more in boys than girls. Therefore, the highest the cognitive dysregulation, the lower the perception of peer attachment. Length of institutionalization showed no influence on the relationship between these variables.

Key Words: emotional dysregulation, peer attachment, institutionalized adolescents

Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado é o culminar de muitos anos de esforço que tiveram como objetivo a concretização de um único sonho – o de ser Psicóloga. Perante a iminência desse momento, quero expressar o meu mais profundo e sincero agradecimento a todos aqueles que me acompanharam nesta caminhada, e que para ela contribuíram, em especial ao longo do último ano.

À Professora Doutora Luiza Nobre Lima, pelo apoio, compreensão e disponibilidade constantes, bem como pela confiança que sempre depositou em mim e nas minhas escolhas. Aproveito, ainda, para expressar a minha profunda admiração pelo profissionalismo e o rigor com que pauta o seu percurso profissional.

Às minhas colegas de orientação, Ana Cristina, Susana e Filipa, por todos os momentos de partilha ao longo do ano, e pelo apoio que sempre me deram nos momentos de maior desgaste durante a redação desta tese. Um agradecimento especial à Ana Cristina, pelas gargalhadas e boa disposição em conjunto, e à Susana, sempre pronta a ajudar no que precisasse.

Ao Pedro Belo, pela amabilidade com que sempre se disponibilizou a partilhar os seus conhecimentos sobre análise estatística.

Ao Dr. Alcino Silva, que tão prontamente se disponibilizou a ajudar-me a contactar diversas Instituições onde pudesse aplicar os meus questionários. Por todo o apoio que sempre me deu, o meu muito obrigado!

A todas as Instituições que me abriram as suas portas, e aos adolescentes que nelas residem, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

Ao Célio, por todo o amor, paciência e dedicação que nunca deixou de me dar, mesmo nos momentos de maior ausência. A forma objetiva com que encara o mundo constituiu, sem dúvida, um importante pilar durante todo este percurso.

À Ana, por toda a fé que sempre depositou em mim, e por todo o carinho e momentos de partilha que fizeram da nossa amizade um dos meus mais preciosos tesouros.

Ao *Gang*, pelos momentos de boa disposição e descontração, tão benéficos neste último ano. Um agradecimento especial à Taninha, por todas as vezes em que, nos últimos tempos, me acompanhou nas longas noites de redação desta tese, resistindo ao sono e ao cansaço, e à Dani, que me adocicou o paladar nessas mesmas noites.

À Paulinha, à Bani, à Maria Cristina, à Sara Gabriela e à Sara Amaral, pela amizade, confiança e pelo apoio incondicional que sempre me têm dado.

A todas as amigadas que construí ao longo do tempo e que, embora não estejam aqui todas contidas, não deixam de ser uma parte importante da minha estória e do meu percurso.

A todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, ajudaram os meus pais a manter-me aqui. A vocês a minha eterna gratidão!

Finalmente, mas não por último, aos meus pais. Um simples “obrigado” nunca será suficiente para agradecer todo o esforço que têm feito para me fazer chegar até aqui. Espero, um dia, poder retribuir-lhes condignamente todo o investimento que em mim têm feito. A eles, dedico este trabalho!

AS CRIANÇAS APRENDEM AQUILO QUE VIVEM

Se uma criança vive criticada,
aprende a condenar.

Se uma criança vive com maus tratos,
aprende a brigar.

Se uma criança vive humilhada,
aprende a sentir-se culpada.

Se uma criança é estimulada,
aprende a confiar.

Se uma criança é valorizada,
aprende a valorizar.

Se uma criança vive no equilíbrio,
aprende a ser justa.

Se uma criança vive em segurança,
aprende a ter fé.

Se uma criança é bem aceite,
aprende a respeitar.

Se uma criança vive na amizade,
aprende a encontrar o amor no mundo.

Dorothy Law Nolte, no livro *“Crianças Aprendem o que Vivem: Como inculcar valores aos seus filhos.”*

Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento conceptual.....	2
1. Adolescentes institucionalizados.....	2
2. Desregulação emocional.....	4
2.1. A natureza da desregulação emocional.....	5
2.2. Uma perspetiva multidimensional da desregulação.....	6
2.3. Desregulação e processamento da informação.....	7
3. Vinculação aos pares.....	8
3.1. A importância do grupo de pares.....	9
3.2. Especificidades da relação entre pares em contexto institucional.....	10
II – Objetivos.....	12
III – Metodologia.....	13
1. Amostra.....	13
2. Instrumentos.....	14
2.1. Questionário de dados sociodemográficos.....	14
2.2. Inventário de Desregulação Abreviado (ADI).....	14
2.3. Inventário de Vinculação na Adolescência (IPPA).....	14
3. Procedimentos.....	15
3.1. Seleção e recolha da amostra.....	15
3.2. Aplicação do protocolo.....	15
3.3. Análise e tratamento dos dados.....	16
IV – Resultados.....	17
1. Análise da desregulação.....	17
1.1. Análise da desregulação em função do sexo.....	18
1.2. Análise da desregulação em função da idade.....	18
1.3. Análise da desregulação em função do tempo de institucionalização.....	19
2. Análise da vinculação aos pares.....	19
2.1. Vinculação aos pares em função do sexo.....	20
2.2. Vinculação aos pares em função da idade.....	20

2.3. Análise da vinculação aos pares em função do tempo de institucionalização.....	21
2.4. Segurança e insegurança da vinculação.....	21
3. Relações entre a desregulação, a vinculação aos pares e o tempo de institucionalização.....	23
3.1. Desregulação, vinculação aos pares e tempo de institucionalização na amostra total.....	23
3.1.1. Desregulação e vinculação aos pares nos rapazes e nas raparigas.....	24
3.2. Efeito preditor da desregulação sobre a vinculação aos pares.....	25
3.3. O tempo de institucionalização enquanto mediador da relação entre a desregulação e a vinculação aos pares.....	26
V – Discussão.....	28
VI – Conclusões.....	36
Referências bibliográficas.....	37
Anexos.....	46

Introdução

Aprendida no contexto da relação de vinculação, a capacidade de identificar e gerir autonomamente a expressão emocional tem um papel fundamental nos processos de socialização ao longo do desenvolvimento. Na adolescência, em particular, esta assume-se como um elemento central na construção de relações significativas com os pares, essenciais para um bom ajustamento na idade adulta.

Embalados no colo do mau trato, adolescentes entregues ao cuidado institucional nunca aprenderam a gerir as suas emoções de forma adaptativa, apresentando inúmeras dificuldades na relação com os pares. Ainda assim, as vivências muitas vezes partilhadas com os pares, ainda que pouco adequadas, garantem ao lado do adolescente a presença de alguém que é confidente dos seus pensamentos mais íntimos e que preserva essa intimidade (Nobre-Lima, 2009), constituindo uma importante fonte de suporte durante a institucionalização.

É neste contexto que surge o interesse no presente trabalho, o qual pretende averiguar em que medida a desregulação emocional expressa por estes adolescentes afeta a sua capacidade de estabelecerem vínculos afetivos com outros iguais.

A presente dissertação encontra-se organizada em seis capítulos: o primeiro capítulo corresponde ao Enquadramento Conceitual, onde é realizada uma breve caracterização da população em estudo, seguida das principais conceções teóricas e empíricas existentes acerca dos adolescentes institucionalizados, da desregulação emocional e da vinculação aos pares. No segundo capítulo apresentam-se os principais objetivos deste estudo e, no terceiro capítulo, a metodologia utilizada, nomeadamente no que concerne à amostra, aos instrumentos e aos procedimentos utilizados. Segue-se a apresentação dos resultados, no quarto capítulo, e a sua discussão, no quinto capítulo, de forma a compreender o seu significado e as suas implicações. Finalmente, a conclusão (sexto capítulo) faz um balanço do trabalho realizado ao nível das limitações encontradas e dos objetivos alcançados.

I – Enquadramento conceptual

1. Adolescentes Institucionalizados

De todas as medidas promulgadas pela Lei no âmbito da proteção de menores¹, o acolhimento em Instituição é a que tem maior expressão em Portugal (Martins, 2005). A aplicação desta medida decorre da necessidade de retirar os menores que se consideram estar em risco às suas famílias, entregando-os, sob a tutela do Estado, ao cuidado de unidades de acolhimento temporário ou prolongado que deverão, no seu superior interesse, promover as condições necessárias para que estes se possam desenvolver de forma ajustada.

A avaliação do risco que resulta na aplicação desta medida prende-se, sobretudo, com a existência de determinados padrões de comportamento e atitudes na dinâmica familiar que poderão, num futuro próximo ou mais longínquo, contribuir para o desenvolvimento de desordens emocionais e comportamentais no menor em desenvolvimento, como é o caso dos maus tratos. A este respeito, a taxonomia proposta por David Wolfe (1999), distingue quatro principais tipos de mau trato – *mau trato físico, mau trato emocional, abuso sexual e negligência*. Apesar de cada uma destas formas de mau trato poder ser exercida isoladamente, a tendência é que se associem vários tipos de agressão na mesma criança, agravando as suas repercussões (Canha, 2002).

Com efeito, a generalidade dos adolescentes que se encontram em acolhimento institucional tiveram uma infância marcada por experiências de mau trato, apresentando, geralmente, representações relacionais muito pobres (Wolfe, 1999). Estas representações têm origem em padrões de vinculação muito inseguros (Crittenden, 1988, citado por Cicchetti, Toth & Lynch, 1995) ou desorganizados (Carlson, Cicchetti, Barnett & Braunwald, 1989), uma vez que o seu refúgio sempre foi, simultaneamente, o palco dos seus medos e inseguranças. A ambivalência afetiva que deriva desta condição propicia a que estes criem representações distorcidas de si, das relações e dos afetos, as quais se constituem como fator de risco para a emergência de trajetórias desenvolvimentais inadaptativas durante a adolescência (ver Browne & Hamilton, 1998; Chapple, Tyler & Bersani, 2005; Kim et al., 2009; Smith & Thornberry, 1995; Thrane et al., 2006; Tyler, Johnson & Brownridge, 2008; Wright et al., 2004; Zingraf et al., 1993).

O acolhimento institucional pretende, assim, servir como medida de apoio e proteção a estes adolescentes, conferindo-lhes alguma previsibilidade nos cuidados e uma nova base sobre a qual estes possam

¹ Como consta na Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), as medidas de promoção e proteção são as seguintes: a) Apoio junto dos pais; b) Apoio junto de outro familiar; c) Confiança a pessoa idónea; d) Apoio para a autonomia de vida; e) Acolhimento familiar; f) Acolhimento em instituição; g) Confiança a pessoa selecionada para a adopção ou a instituição com vista a futura adopção (Ramião, 2006).

desenvolver padrões relacionais e comportamentais mais adaptativos. O mesmo é válido para as suas famílias, com as quais é muitas vezes realizado um trabalho intensivo, visando a reunificação com os filhos (Finkelstein, 1988, citado por Martins, 2005).

Esta intervenção, cuja intenção primária é proteger estes jovens pode, no entanto, revestir-se de diversas implicações que contribuem para um acréscimo dos danos em adolescentes já de si fragilizados (Alberto, 2002). Numa sua reflexão acerca das potencialidades e desvantagens do acolhimento institucional, Alberto (2002) refere alguns estudos que contribuíram para um conhecimento mais aprofundado desta problemática, concluindo que a institucionalização pode ser detentora de duas faces: uma face que é securizante, contentora de angústias e facilitadora da construção da identidade pessoal dos jovens, e uma outra mais angustiante, marcada por sentimentos de perda e separação, sintomas depressivos, problemas emocionais e comportamentais, ou atrasos no desenvolvimento.

De facto, os últimos 20 anos têm sido profícuos na procura de conhecimento acerca do impacto da experiência de acolhimento institucional no desenvolvimento. Neste campo, alguns dos estudos mais proeminentes foram realizados na década de 90, com crianças acolhidas em instituições romenas sujeitas a condições de negligência severa e, por isso, privadas de cuidados essenciais. Tais estudos revelaram que, por comparação aos seus pares não institucionalizados, crianças institucionalizadas precocemente tendem a apresentar défices no crescimento (Chugani et al., 2001; Johnson et al., 1992; Rutter & The ERA Study Team, 1998) e no desenvolvimento cognitivo (Carlson & Earls, 1997; Nelson et al., 2007), mais problemas de comportamento (Ames, 1997; Rutter & The ERA Study Team, 1998), problemas atencionais (Le Mare & Audet, 2002, citado por MacLean, 2003), e dificuldades na relação com os pares (Fisher et al., 1997).

Examinando estas relações à luz do tempo de permanência na instituição, os mesmos estudos encontraram evidência de que este produz custos continuados para a criança em termos do seu desenvolvimento, correlacionando-se positivamente com os vários défices encontrados (MacLean, 2003). No entanto, é preciso tomar em consideração que estes estudos foram realizados com crianças institucionalizadas desde tenra idade, não existindo evidência de que o mesmo possa acontecer nos casos em que a institucionalização ocorre em idades mais tardias.

Apesar de em Portugal a institucionalização não dar provas de configurar um contexto de negligência severa (Soares et al., 2010), estudos recentes com crianças acolhidas em Centros de Acolhimento Temporário (CAT) também apontam para um atraso significativo no crescimento físico, défices no desenvolvimento cognitivo, comportamentos sócio-emocionais perturbados e um temperamento difícil (Pereira et al., 2010; Soares et al., 2010). Aqui, uma idade de acolhimento inferior a 6 meses parece ser função de problemas ao nível cognitivo, da linguagem e motor (Soares et al., 2010). Do mesmo modo, a existência de mais do que uma medida de proteção e subsequente mudança de instituição, produz níveis maiores de descontinuidade e ruturas na prestação de cuidados, agravando estas

repercussões (Pereira, 2008).

Porém, nem sempre o acolhimento institucional é sinónimo de desajuste, constituindo-se, por vezes, como uma oportunidade. A título de exemplo, Thompson et al. (1996) demonstraram que o acolhimento institucional produz melhorias nos resultados académicos e no comportamento dos adolescentes, numa dinâmica em que o tempo de permanência na instituição exerce uma influência positiva sobre estas melhorias. Também Ungar (2001, citado por Atwool, 2006) encontrou evidência de que, para alguns jovens, a institucionalização cria descontinuidades em histórias prévias de vida, permitindo que novas possam emergir. Para tal, relações positivas estabelecidas com os pares e os funcionários das instituições parecem desempenhar um papel de relevo, na medida em que se configuram como uma “segunda oportunidade” para a construção de modelos internos adaptativos (Mota & Matos, 2010; Quintãns, 2009). O período de institucionalização pode, ainda, servir para apaziguar a turbulência experienciada por estes adolescentes, assim como promover experiências positivas e a confiança neles próprios, facilitando a construção da sua identidade e a sua reinserção social (Raymond, 1996).

2. Desregulação Emocional

A capacidade de identificar e gerir autonomamente as respostas emocionais de acordo com as exigências do meio assume-se como uma competência fundamental para o funcionamento adaptativo e equilibrado do ser humano. Esta capacidade circunscreve-se nos mecanismos básicos de regulação emocional, definida por Thompson (1994) como os “*extrinsic and intrinsic processes responsible for monitoring, evaluating, and modifying emotional reactions, especially their intensive and temporal features, to accomplish one’s goals*” (p.27-28).

Do ponto de vista psicológico, a regulação emocional pode ser entendida como uma das funções do *coping* (Lazarus, 2006), sendo promotora do crescimento intelectual do indivíduo. Biologicamente, este processo representa um aumento da complexidade dos sistemas cerebrais em maturação, que regulam, de forma adaptativa, a interação entre o organismo em desenvolvimento e o ambiente social (Schore, 2001).

Em contrapartida, a desregulação emocional refere-se a operações disfuncionais no processo de regulação emocional (Cole et al., 2004, citado por Schelble, Franks & Miller, 2010), caracterizando-se, sobretudo, pela dificuldade em assimilar e gerir as experiências emocionais, principalmente as que geram *stress* e ansiedade, tornando o indivíduo mais propenso ao desenvolvimento de psicopatologia (Schore, 2001).

Adolescentes institucionalizados carecem, em geral, daquilo que Daniel Goleman (1995) denomina de “literacia emocional”. Falta-lhes, por isso, um repertório de estratégias regulatórias diversificadas, assim como a capacidade de as aplicar flexivelmente em diferentes situações, de modo a se poderem adaptar às exigências do ambiente e alcançar os seus objetivos. A desregulação emocional que deriva desta incapacidade caracteriza-se por

tentativas de autorregulação que, pela sua rigidez, levam a um mau ajustamento em vez de a um bom ajustamento (Hilt, Hanson & Pollack, 2011).

2.1. A natureza da desregulação emocional

Na primeira infância, a responsividade do cuidador perante as manifestações de afeto do bebé, em especial o afeto negativo, constitui a base sobre a qual este adquire competências auto regulatórias (Kopp, 1989). Inicialmente inscrita na relação diádica entre a criança e a figura parental, o objetivo é que a regulação emocional passe, posteriormente, a ser realizada de forma autónoma pela criança (Sroufe, 1996, 2005).

O modo como o cuidador responde às necessidades do bebé e o auxilia na regulação das emoções negativas serve de contexto para o estabelecimento de padrões relacionais² (Ainsworth et al., 1978) que, por sua vez, refletem um tipo de estratégia internalizada pela criança a respeito da regulação de emoções negativas (Steele & Steele, 2005, citado por Carvalho et al., 2007; Borelli, 2008; Sroufe, 1996). Assim, se por um lado o padrão de vinculação seguro se caracteriza pela flexibilidade em expressar emoções positivas e negativas (Bridges, Denham & Ganiban, 2004; Sroufe, 2005; Borelli, 2008), a investigação demonstra que o padrão de vinculação inseguro-evitante se associa a estratégias de minimização, inibição e restrição da expressão emocional, quer esta seja positiva ou negativa (Carvalho et al., 2007). Inversamente, o padrão de vinculação inseguro-ambivalente corresponde a estratégias de hiperativação ou intensificação da expressão emocional (Mikulincer et al., 2003).

Tanto o padrão inseguro-evitante como o padrão inseguro-ambivalente, compreendem estratégias de auto regulação que promovem o desenvolvimento de diversos problemas de internalização e externalização,

² Num procedimento experimental conhecido como *Situação Estranha* (Ainsworth et al., 1978), que consistia em observar as reações do bebé perante a ausência e presença materna, foram identificados três tipos de organização comportamental:

a. *Seguro*: o bebé chora e protesta quando a mãe sai, mas recebe-a com alegria. A mãe é utilizada como uma base segura, à qual o bebé recorre em busca de conforto quando ansioso.

b. *Inseguro evitante*: o bebé raramente chora na ausência da mãe e reage ao seu regresso com evitamento. Existem poucas manifestações de afeto ou ansiedade na presença da mãe, sendo que o bebé não a procura em momentos de necessidade.

c. *Inseguro ambivalente*: o bebé fica ansioso mesmo na presença da mãe e extremamente perturbado durante a sua ausência. Quando a mãe regressa o comportamento do bebé é ambivalente, procurando e resistindo simultaneamente ao contacto com ela. O bebé demonstra, ainda, alguma dificuldade em ser acalmado.

Main e Solomon (1986, citado por Soares, Martins & Tereno, 2007) identificaram ainda um quarto tipo - *Desorganizado/desorientado*. Este padrão caracteriza-se por ser um misto de outros padrões de vinculação, resultando na manifestação de comportamentos contraditórios, expressões de confusão, desorganização e desorientação. Este tipo é frequentemente encontrado em crianças vítimas de mau trato.

Associações entre a Desregulação Emocional, a Vinculação aos Pares, e o Tempo de Institucionalização em Adolescentes acolhidos em Lares de Infância e Juventude
Alexandra Isabel Morgadinho Lino (e-mail: alexandra.imlino@gmail.com) 2013

respetivamente. Como descrito por Mullin & Hinshaw (2007), problemas de internalização incluem tristeza, e outros indicadores de depressão, ansiedade, isolamento social, e problemas somáticos (como o aumento da frequência cardíaca). A impulsividade e a hiperatividade, em conjunto com a raiva, desafio, agressão, e atitudes antissociais constituem, segundo os mesmos autores, problemas de externalização. Estes últimos configuram-se, por sua vez, como fator de risco para a assunção de comportamentos delinquentes na adolescência (Mullin & Hinshaw, 2007).

Neurologicamente, também ocorrem algumas mudanças em função do padrão relacional estabelecido. A investigação nesta área tem demonstrado que, ao nível da maturação cerebral, as experiências relacionais traumáticas ocorridas na infância condicionam o desenvolvimento do hemisfério direito – responsável pelo processamento da informação socioemocional –, produzindo défices na capacidade do cérebro em cumprir adequadamente as suas funções regulatórias (Schore, 2001).

Estes dados permitem concluir que as figuras cuidadoras têm um carácter modulador da expressão emocional (Malatesta & Haviland, 1982), na medida em que os perfis emocionais dos pais e as suas interações ensinam as crianças a identificar, de forma implícita, quais as emoções que são aceites e esperadas no ambiente familiar, e a gerir a experiência dessas emoções (Morris et al., 2007).

2.2. Uma perspetiva multidimensional da desregulação

De acordo com a teoria da vinculação, o sistema de vinculação é manifestado ao nível do comportamento na infância, evoluindo para um sistema caracterizado pelo comportamento, cognição e afeto (Bowlby, 1980; Bretherton, 1985, citados por Borelli, 2008), refletido nos modelos internos que a criança constrói (Main, Kaplan & Cassidy, 1985, citado por Borelli, 2008).

Tendo por base esta teoria, Greenberg e Kushé (Greenberg & Kushé, 1989, citado por Greenberg, Kushé & Speltz, 1991) propuseram um modelo integrador do desenvolvimento – o modelo ABCD (*Affective-Behavioral-Cognitive-Dynamic*). Subjacente a este modelo está a premissa de que a gestão do *stress* feita pela criança, como espelhada no comportamento e na regulação interna, é função da sua consciência emocional, do controlo afetivo-cognitivo, e da sua compreensão sócio-cognitiva. O modelo ABCD parte do pressuposto que, durante o processo de maturação, alguns componentes do desenvolvimento emocional precedem formas posteriores de cognição (Greenberg & Kushé, 1998). Assim, e numa fase inicial do desenvolvimento, o afeto constitui-se como um importante precursor de outras formas de pensamento, que deverá ser integrado noutras funções desenvolvimentais, de modo a que a maturação ocorra da melhor forma (Greenberg & Kushé, 1998).

Porém, e em consonância com asserções anteriores, a gestão do *stress* elaborada pela criança dependerá, essencialmente, de fatores como o grau de sensibilidade e cuidado existente no ambiente, o grau do trauma

experienciado, e a qualidade da estimulação cognitiva e linguística existente no meio (Greenberg, Kushé & Speltz, 1991).

No caso específico de crianças e adolescentes institucionalizados, a generalidade dos pais apresentam, eles próprios, poucas competências de autorregulação, pelo que raramente comunicam os seus afetos verbalmente, demonstrando, ainda, uma total ausência de planeamento atitudinal (Greenberg, Kushé & Spitz, 1991). As relações com os filhos são, por isso, caracterizadas por problemas emocionais e comportamentais que irão, por sua vez, provocar um maior número de expressões de afeto negativo por parte da criança ou adolescente. A incapacidade dos progenitores para gerir estas expressões de forma adaptativa funciona como um inibidor da capacidade da criança e do adolescente de desenvolver controlo interno sobre os seus estados emocionais (Greenberg, Kushé & Speltz, 1991), resultando, muitas vezes, em problemas de externalização.

2.3. Desregulação e processamento da informação

Em concreto, a desregulação emocional pode ser entendida como produto de um processamento disfuncional da informação obtida através do estímulo. Partindo deste pressuposto, Hilt, Hanson e Pollack (2011) distinguem três domínios da regulação emocional na adolescência ao nível dos quais a desregulação interfere: (1) leitura e compreensão de sinais emocionais, (2) distribuição ou categorização desses sinais como positivos ou negativos, de forma a gerar uma resposta, e (3) resposta comportamental.

O primeiro tipo de interferência compreende a perceção, o processamento e a categorização do estímulo sensorial nos circuitos cerebrais, permitindo que o adolescente avalie o estímulo como positivo ou negativo, e que modifique a situação de forma a alterar o seu impacto emocional. A desregulação a este nível pode implicar um processamento enviesado da informação, isto é, o adolescente pode perceber mais facilmente o estímulo negativo do que o estímulo positivo, condicionando os dois domínios seguintes.

Por sua vez, o segundo tipo de interferência envolve processos de categorização emocional, aprendizagem associativa, memória e processamento da recompensa. Nas palavras dos autores,

“After a stimulus is perceived it must be categorized, with the recognition and categorization of other’s emotional states being central to functioning in the social world. Perceptual evaluations across development create an accumulation of stored associations and memories that impart meaning and motivate behavior. This associative learning may be comprised of simple stimulus-response relationships, wherein the individual associates specific emotion-related cues with certain outcomes” (p. 161).

Por serem aprendidas ao longo do desenvolvimento, estas associações passam a fazer parte do sistema de conhecimento e crenças base sobre o qual

o adolescente cria o seu “mundo emocional”. Deste modo, se o processamento do estímulo recompensa for positivo e prazeroso, assim também será a ação do adolescente sobre estas percepções. Pelo contrário, uma associação estímulo-resposta disfuncional e um processamento negativo do estímulo recompensa, podem originar atitudes impulsivas e até agressivas para com os outros, em conjunto com a incapacidade para experimentar soluções recompensadoras para as suas ações sobre o estímulo.

Por fim, o terceiro tipo de interferência reporta-se ao controlo inibitório das ações. Aqui, o comportamento do adolescente é função do conhecimento que adquiriu em experiências prévias sobre a probabilidade de sucesso ou insucesso de determinadas opções de resposta. Assim, uma resposta reveladora da existência de algum tipo de desregulação seria a tendência para confiar inflexivelmente num único tipo de resposta, como a agressividade.

Como descritos anteriormente, os mecanismos de desregulação emocional interferem com o desenvolvimento sadio e ajustado do adolescente. Para poder lidar com forças emocionais tão contraditórias, este acaba por encontrar estratégias de autorregulação que, em si mesmas, contribuem para um incremento das suas dificuldades.

Por nunca terem aprendido a regular as suas emoções autónomamente, adolescentes vítimas de mau trato tendem a sentir uma necessidade muito grande de confiar em reguladores externos que têm, geralmente, um carácter prejudicial à sua saúde. Algumas possibilidades incluem o consumo de tabaco (Macklem, 2008), a compulsão alimentar e subsequente purgação (Sim & Zeman, 2006), e danos corporais auto-infligidos, como cortar ou queimar a pele (Adrian et al., 2011). Porém, a sensação de bem estar que retiram destes métodos é apenas temporária, o que faz com que precisem de recorrer a eles com frequência, agravando as suas repercussões.

Outra forma de estes adolescentes regularem os seus estados emocionais é por meio da agressividade, em situações de ansiedade provocada por medo de ataque, humilhação e abandono, permitindo que os medos de desânimo e aniquilamento sejam substituídos pelos de poder e onnipotência (Green, 1985, citado por Alberto, 2006). Estas reações acabam por tornar os adolescentes vulneráveis a inúmeras dificuldades na relação com os outros, em particular com os pares (Shields & Cicchetti, 2001).

3. Vinculação aos pares

Se, durante a infância, as relações de vinculação se estabelecem essencialmente no contexto familiar, o início da adolescência traz consigo um novo e importante contexto de vinculação – o grupo de pares. Embora a relação com os pares não seja uma característica específica da adolescência, é nela que assume maior destaque, constituindo um importante precursor de um bom ajustamento na vida adulta (Sprinthall & Collins, 2011).

Ao contrário da infância, em que as amizades parecem restringir-se a

um campo de atividades comuns, na adolescência elas ganham um novo significado, tornando-se sinônimo de partilha de experiências e intimidade (Sprinthall & Collins, 2011). Em virtude das diversas transformações que ocorrem neste período (cognitivas, socioemocionais, familiares, vocacionais, auto-imagem corporal), o adolescente ganha uma nova forma de se olhar, de se comparar e de se querer construir a si próprio, desafiando o seu sentido de identidade e auto-estima (Soares, 1990, citado Jongenelen, 2007). Estas transformações despertam dúvidas e receios ao adolescente que sente necessidade de procurar apoio junto de outros que, como ele, partilham das mesmas dúvidas e dos mesmos receios.

3.1. A importância do grupo de pares

A adolescência é, por natureza, uma etapa do desenvolvimento que salienta a importância de o adolescente se conhecer a ele próprio. Tal só é possível, em parte, através da experimentação que o adolescente faz de diversos papéis, que lhe torna possível comprometer-se com determinadas escolhas no futuro (Jongenelen et. al, 2007). Ao oferecer uma relação de igualdade que transmite segurança ao adolescente (Nobre-Lima, 2000), o grupo de pares constitui-se como um lugar para experimentação, e um contexto para alcançar a autonomia e a independência dos pais.

Com efeito, a intimidade crescente na relação com os pares reflete as preocupações no início da adolescência sobre o autoconhecimento (Papalia, Olds & Feldman, 2001). Ao proporcionar um lugar seguro para explorar opiniões, admitir fragilidades e conseguir ajuda para lidar com os seus problemas, as amizades permitem que o adolescente explore os seus próprios sentimentos, defina a sua identidade e valide o seu valor pessoal (Papalia, Olds & Feldman, 2001).

O grupo de pares constitui, também, um local para formar relações íntimas que servem de “ensaio” para a intimidade adulta nas relações românticas (Jongenelen et al., 2007), servindo, ainda, como um protótipo das relações que, mais tarde, estabelecerá como adulto (Nobre-Lima, 2000). Do mesmo modo, e à semelhança do que acontece com os principais cuidadores na infância, as amizades podem ter, para o adolescente, um papel modulador da sua experiência emocional, na medida em que este sente necessidade de procurar nos pares informação sobre como responder a situações sociais e emocionais (Steinberg & Silk, 2002, citado por Morris et al., 2007), ou como lidar com problemas emergentes como a sexualidade, a independência e a intimidade (Morris et al., 2007).

Ainda, ao servir de contexto para a aquisição de novas experiências e para o estabelecimento de novas relações, o grupo de pares configura-se como uma nova oportunidade para reavaliar as relações precoces estabelecidas de forma insegura, e construir novos modelos internos (Maine et al., 1985; Soares, 1996, citados por Jongenelen et al., 2007). Em crianças e adolescentes institucionalizados, esta oportunidade tem uma importância acrescida, na medida em que o estabelecimento de relações positivas com os pares ajuda a melhorar as consequências negativas dos maus tratos sobre o

desenvolvimento (Bolger, Patterson & Kupersmidt, 1998).

Muitas das características que os adolescentes trazem para a sua relação com os pares têm por base os padrões de relação aprendidos no seio da família (Steinberg e Morris, 2001). Isto porque, à medida que os pais começam a preencher cada vez menos as necessidades emocionais dos filhos, os amigos passam a ocupar o espaço deixado por estes. Como parte deste processo, os padrões de vinculação aprendidos na infância são transferidos para as relações de amizade e intimidade que o adolescente estabelece nesta fase (Coleman, 2011).

Como, em adolescentes institucionalizados, os padrões de vinculação aprendidos na infância são caracterizados por uma desorganização afetiva e relacional muito grande, estes constituem um grupo particularmente propenso a problemas na relação com os pares, uma vez que, como vem sendo demonstrado, os maus tratos aumentam a probabilidade de vitimizar ou ser-se vitimizado pelos pares (Cicchetti & Toth, 2005).

3.2. Especificidades das relações entre pares em contexto institucional

Perante o que vem sendo descrito ao longo deste capítulo, poucas dúvidas persistem em relação ao impacto negativo dos maus tratos, e da desregulação emocional que deles deriva, no estabelecimento de relações positivas com os outros. Como tal, não é difícil compreender o motivo pelo qual tantos adolescentes entregues ao cuidado institucional reportam serem maltratados pelos seus pares na instituição (Barter, 2003; Nobre-Lima, 2009; Quintãns, 2009).

De facto, fenómenos de bullying em contexto institucional não são raros, e a sua etiologia não difere muito do bullying perpetrado em outros contextos (Monks, et al., 2009). Contém, no entanto, algumas especificidades que o distinguem, nomeadamente o facto de abrangerem outras áreas – como a invasão do espaço pessoal, as estórias prévias de vida, o desapego de redes de suporte externas e uma cultura de não revelação –, o que pode contribuir para um agravamento do seu impacto (Monks et al., 2009). Não obstante, importa considerar que muitos dos comportamentos agressivos ou hostis desencadeados por estes adolescentes podem ser indicadores de expressões maladaptativas de um desejo de proximidade e aceitação (Crittenden, 1992, citado por Mota & Matos, 2010), na medida em que este é o único modelo de “afeto” que muitos deles conhecem.

Muito embora adolescentes vítimas de mau trato possam, por vezes, demonstrar expressões relacionais inadequadas com os outros, no fundo, o seu desejo de pertença não difere da generalidade dos adolescentes. A relação com os pares permanece um importante contexto de apoio e suporte (Nobre-Lima, 2009), no qual os adolescentes se refugiam quando se sentem ameaçados, contribuindo para o estabelecimento de vínculos afetivos. A este respeito, Mota & Matos (2010) demonstraram que adolescentes institucionalizados que sentem proximidade nas relações com os pares estão

mais capazes de expressar as suas ideias e sentimentos, envolvendo-se de forma positiva e empática na relação com os demais, não sendo estranho, por isso, que este sentimento de pertença e realização potencie o desenvolvimento de competências sociais nestes jovens.

Porém, se por um lado o grupo de pares pode atuar como um recurso para a aprendizagem, estimulação e suporte em contexto institucional (Hudson, 2000) pode, por outro, contribuir para a persistência de inúmeras dificuldades. Isto porque, tendencialmente, os adolescentes procuram construir relações de amizade com pares que tenham características similares às suas, ou com características que aspirem a ter (Sprinthall & Collins, 2011). No entanto, e independentemente destas características, os amigos influenciam-se, sobretudo, através da comparação social e da conformidade, tornando-se cada vez mais semelhantes ao longo da sua relação de amizade (Sprinthall & Collins, 2011). Face a esta tendência, e devido às dificuldades emocionais e relacionais apresentadas por adolescentes vítimas de mau trato, as interações estabelecidas com o grupo de pares em contexto institucional parecem representar tanto uma oportunidade como um risco. Como explicado por Gwyn, Meyer & Schaefer (1993),

“this intense and total group living experience has a profound impact on the child’s socialization, rehabilitation, and daily activities. Although the peer group can contribute to positive social development, the interpersonal problems of emotionally disturbed children may make group living a barrier to treatment. These children typically suffer from significant social skills deficits, overaggressive and antisocial behaviors, fears of groups, distortions in reality assessment, hyperactivity, impulsiveness, and other ego weaknesses. Thus, the peer group culture influence in residential centres is generally negative, one in which antisocial values are reinforced while prosocial values are undermined, negatively reinforced or punished” (p. 104).

Neste sentido, o estudo dos mecanismos de influência da desregulação sobre a percepção de vinculação aos pares oferece a oportunidade de examinar em maior profundidade a relação entre estas variáveis, e as suas implicações práticas em contexto institucional.

II - Objetivos

O levantamento teórico e empírico realizado na primeira parte deste trabalho reflete a importância da capacidade de expressar as emoções de forma adequada para o estabelecimento de relações positivas com os outros, principalmente numa etapa do desenvolvimento tão importante quanto a adolescência. Em adolescentes institucionalizados, essa capacidade constitui um verdadeiro desafio devido às suas dificuldades em identificar, compreender e regular os seus estados emocionais de forma adaptativa o que conduz, não raras vezes, a problemas na relação com os pares. Não deixa, no entanto, de ser importante para estes adolescentes estabelecer boas relações com os seus colegas de instituição, na medida em que, ao terem vivências semelhantes, constituem uma importante fonte de suporte durante o período de institucionalização.

Não obstante, a investigação realizada com crianças e adolescentes que, desde tenra idade, se encontram institucionalizados tem, por sua vez, encontrado evidência de que o tempo de permanência na instituição exerce algum impacto sobre o desenvolvimento físico, cognitivo e socioafetivo destes. Ainda assim, e embora este impacto esteja bem documentado internacionalmente, Portugal ainda carece de estudos científicos que examinem cuidadosamente esta relação.

Deste modo, foram estabelecidos os seguintes objetivos para o presente estudo:

- (1) analisar a desregulação emocional numa amostra de adolescentes institucionalizados;
- (2) analisar a vinculação destes adolescentes aos pares;
- (3) analisar a relação entre a desregulação emocional e a percepção de vinculação aos pares em adolescentes institucionalizados;
- (4) analisar o papel mediador que o tempo de permanência na instituição poderá exercer na relação entre a desregulação emocional e a percepção de vinculação aos pares em adolescentes institucionalizados.

III - Metodologia

1. Amostra

A amostra deste estudo é composta por 100 adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos de idade ($M=14.75$; $DP=1.88$), na sua maioria do sexo feminino (71%) que, ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, foram retirados do círculo familiar, e integrados em Lares de Infância e Juventude, em regime de acolhimento prolongado em Instituição. Desta amostra, 35% dos adolescentes já haviam sido entregues ao cuidado de outras instituições e 65% nunca haviam sido institucionalizados antes. O tempo de acolhimento varia entre 0 e 203 meses – entre 0 e 16 anos – ($M=42.99$; $DP=43.14$), sendo que a maioria dos adolescentes encontra-se em acolhimento institucional há menos de 3 anos. Verifica-se, ainda, que a maioria dos adolescentes tem contacto periódico com a família (89%) e apenas 28% tem irmãos a viver consigo na Instituição.

Quadro 1. Características gerais da amostra

	N=100	
	n	%
Sexo		
Masculino	29	29
Feminino	71	71
Idade		
12	15	15
13	16	16
14	16	16
15	14	14
16	18	18
17	13	13
18	8	8
Outras Instituições		
Sim	35	35
1	20	20
2	11	11
3	3	3
4	1	1
Não	65	65
Tempo de Institucionalização		
0-35 meses	59	59
36-203 meses	41	41
Contacto com a família		
Sim	89	89
Não	11	11
Irmãos a viver na instituição		
Sim	28	28

2. Instrumentos

Tendo em conta os objetivos definidos para o presente estudo, o protocolo de investigação é composto por um breve questionário sociodemográfico e duas escalas de auto-resposta, que permitiram avaliar o nível de desregulação emocional e a percepção de vinculação aos pares.

2.1. Questionário de dados sociodemográficos

De forma a recolher dados sobre a amostra, foi elaborado um breve questionário de dados sociodemográficos, contendo os seguintes aspetos: idade, sexo, nome da Instituição onde reside atualmente, se já havia residido em outras Instituições e, se sim, em quantas, idade da primeira institucionalização, data de entrada na Instituição onde reside atualmente, se tem contacto com a família e, por fim, se tem irmãos a viver consigo em instituição.

2.2. Inventário de Desregulação Abreviado (ADI)

O Inventário de Desregulação Abreviado (Petiz & Rijo, 2011) é uma versão Portuguesa adaptada do *Abbreviated Dysregulation Inventory* (ADI; Mezzich, Tarter, Giancola & Kirish, 2001). Trata-se de um inventário de auto-resposta, composto por 30 itens, que mede a desregulação em adolescentes a partir de três subescalas: a desregulação afetiva, a desregulação cognitiva e a desregulação comportamental. Os itens têm um formato de resposta tipo Likert, variando de 0 (*nunca verdadeiro*) a 3 (*sempre verdadeiro*). Pela sua natureza, os itens, da desregulação cognitiva devem ser lidos de modo inverso (quanto maior pontuação, menor desregulação), dado que os itens dizem respeito a funções executivas e de planificação (Motta, Rijo, Sousa, Pereira & Correia, em preparação).

A análise da consistência interna para cada uma das subescalas ($\alpha = .85$ para a desregulação afetiva; $\alpha = .88$ para a cognitiva, e $\alpha = .87$ para a comportamental) revela que esta escala possui boas qualidades psicométricas, constituindo-se uma boa medida da desregulação (Pestana & Gageiro, 2008). A mesma conclusão é válida para o presente estudo, dado que os valores da consistência interna encontrados foram de .86, .83 e .82 para a desregulação afetiva, cognitiva e comportamental, respetivamente.

2.3. Inventário da Vinculação na Adolescência (IPPA)

O Inventário da Vinculação na Adolescência (Neves, 1995) é uma versão Portuguesa adaptada do *Inventory of Parent and Peer Attachment* (IPPA), elaborado por Armsden & Greenberg (1987). Tendo subjacente o quadro teórico de Bowlby, o *Inventory of Parent and Peer Attachment* (IPPA) avalia, separadamente, a qualidade de vinculação do adolescente à

mãe, ao pai e aos amigos, especificando o modo como estes se constituem enquanto fontes de segurança psicológica para os adolescentes (Neves, Soares & Silva, 1999). Uma vez que o presente estudo apenas pretende avaliar a qualidade de vinculação aos pares, os sujeitos só responderam aos itens que compunham a escala *amigos*.

A escala amigos é composta por 25 itens com formato de resposta tipo Likert, variando de 1 (*nunca ou quase nunca*) a 5 (*sempre ou quase sempre*), distribuídos por 3 fatores: Confiança (que engloba itens respeitantes à compreensão, respeito e confiança mútuos), Comunicação (referente à extensão e qualidade da comunicação verbal) e Alienação (referente a sentimentos de alienação e isolamento). A vinculação aos amigos pode ainda ser classificada em Segura (SA) ou Insegura (IA). Apresentam uma vinculação segura os sujeitos cujos resultados obtidos nas três subescalas se situam acima da mediana. Em contrapartida, os sujeitos cujos resultados se situam abaixo da mediana, são classificados como apresentando uma vinculação insegura. Esta escala possui boas qualidades psicométricas, nomeadamente ao nível da consistência interna ($\alpha = .93$), revelando-se uma medida muito boa da percepção de vinculação aos pares (Neves, Soares & Silva, 1999; Pestana & Gageiro, 2008). Em relação à amostra utilizada neste estudo, o coeficiente de alfa também se revelou bastante satisfatório para a totalidade da amostra ($\alpha = .88$) e para os fatores Comunicação ($\alpha = .82$) e Confiança ($\alpha = .87$). Pelo contrário, a consistência interna encontrada para o fator Alienação ($\alpha = .55$) revela-se inadmissível do ponto de vista estatístico (Pestana & Gageiro, 2008).

3. Procedimentos

3.1. Seleção e recolha da amostra

A seleção da amostra foi realizada, maioritariamente, através de um pedido de colaboração formal, enviado por carta ou por *e-mail*, dirigido aos respetivos Presidentes da Direção ou Diretores de diversas instituições. Nalguns casos, e com o objetivo de tornar o processo de avaliação do pedido mais célere, o pedido foi realizado de modo mais informal, nomeadamente através de contacto telefónico.

No total, foram obtidos 8 pareceres positivos, tendo a investigadora dirigido-se às respetivas instituições para aplicar o protocolo, recorrendo ao método de recolha em regime presencial.

3.2. Aplicação do protocolo

Dadas as características da população em estudo, tentou-se que a aplicação do protocolo fosse realizada da forma mais cuidada possível. Antes de ser explicado o objetivo de estudo, procurou-se criar alguma relação com os jovens, de modo a envolvê-los na tarefa que lhes ia ser pedida. Foi, ainda, garantida a possibilidade de retirarem quaisquer dúvidas que pudessem ter, bem como o anonimato das suas respostas.

A aplicação do protocolo foi realizada individualmente e em grupo, consoante a disponibilidade dos adolescentes no momento, e as dificuldades apresentadas ao nível da compreensão verbal e do conhecimento vocabular. Na maioria dos casos, procedeu-se à aplicação do protocolo em grupo (não mais de 5 elementos de cada vez), distribuídos consoante existissem ou não as dificuldades acima mencionadas, em salas isoladas dentro das instituições, onde houvesse o menor número de elementos distratores possível. Nalguns casos, houve a necessidade de a investigadora ler na íntegra, e esclarecer as questões que compunham cada instrumento. Foram excluídos de responder aos questionários todos os adolescentes que apresentavam défices cognitivos severos, que pudessem interferir com a fiabilidade das suas respostas.

3.3. Análise e tratamento dos dados

Recolhida a amostra, procedeu-se à numeração aleatória dos questionários, atribuindo-lhes um número de identificação. Os dados foram, posteriormente, inseridos no programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 20.0, procedendo-se à sua análise através de diversos procedimentos estatísticos:

- 1) Estatísticas descritivas de tendência central e dispersão;
- 2) Cálculo do Alfa de *Cronbach* para o estudos das consistências internas;
- 3) Cálculo de coeficiente de *Pearson* ou *Spearman* para o estudos das correlações, dependendo do cumprimento ou do incumprimento dos pressupostos para uso de estatística paramétrica;
- 4) Teste *t* para amostras emparelhadas para estabelecer comparações entre as médias de cada dimensão do ADI;
- 5) Teste *t* para amostras independentes ou teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* para estabelecer comparações entre as médias de cada grupo, consoante o cumprimento ou incumprimento dos pressupostos para uso de estatística paramétrica;
- 6) Teste do qui-quadrado para comparação das proporções entre grupos;
- 7) Análise de Regressão Linear Múltipla para o estudo de predição;
- 8) Análise de Regressão Linear para o estudo de mediação.

IV – Resultados

1. Análise da desregulação

A utilização do ADI permitiu obter valores relativos ao nível de desregulação dos adolescentes em cada uma das subescalas: comportamental, cognitiva e afetiva. O Quadro 2 compreende os resultados médios e os desvios-padrão obtidos, pela amostra total, para cada uma destas dimensões.

Uma vez que, pela sua natureza, os itens da desregulação cognitiva devem ser lidos de modo inverso – quanto maior pontuação, menor desregulação –, para os resultados procedeu-se à inversão dos itens, de forma a que pudessem ser lidos no mesmo sentido que os restantes.

Quadro 2. Médias e desvios-padrão da amostra total da escala ADI e respetivas subescalas

	N=100	
	M	DP
ADI		
Comportamental	8.99	5.57
Cognitiva	11.00	6.17
Afetiva	13.96	7.36

Fazendo uma análise qualitativa destas médias, e reduzindo-as à escala de classificação dos itens – que varia entre 0 e 3 pontos –, verifica-se que a desregulação comportamental (0.99) está muito próxima de “Às Vezes Verdadeiro”, sugerindo que os adolescentes apenas percebem descontrolo sobre o seu comportamento em algumas situações. À semelhança desta, também os valores obtidos pela desregulação cognitiva (1.10) e pela desregulação afetiva (1.27) sugerem que os adolescentes apenas percebem descontrolo a estes níveis “às vezes”.

Por sua vez, as estatísticas descritivas demonstram existir alguma discrepância entre os valores médios de cada uma das dimensões, sendo esta discrepância maior entre a desregulação comportamental (M=8.99; DP=5.57) e a desregulação afetiva (M=13.96; DP=7.36). Tal sugere que, para amostra total, os sujeitos apresentam níveis de desregulação afetiva superiores à desregulação cognitiva e comportamental, sendo esta última a que apresenta valores mais baixos. A realização de um teste *t* para amostras emparelhadas veio confirmar a significância estatística das diferenças apresentadas pelas dimensões do ADI ao nível da média ($p < .05$), com especial destaque para a diferença entre a desregulação comportamental e a afetiva ($t_{(99)} = -.856$; $p = .000$), e entre a desregulação cognitiva e a afetiva ($t_{(99)} = -3.026$; $p = .003$). Deste modo, é possível concluir que os adolescentes apresentam uma maior desregulação afetiva.

1.1. Análise da desregulação em função do sexo

Como demonstrado pelo Quadro 3, as raparigas pontuam mais alto que os rapazes na dimensão comportamental e afetiva. Esta tendência parece inverter-se na dimensão cognitiva, embora seja uma diferença muito reduzida. Para testar a significância destas diferenças do ponto de vista estatístico, foi realizado o teste não paramétrico de Mann-Whitney. O resultado revela que estas diferenças apenas assumem significância estatística na dimensão afetiva ($p < .05$), indicando que as raparigas tendem a apresentar níveis mais elevados de desregulação afetiva que os rapazes.

Quadro 3. Médias e desvios-padrão do ADI em função do sexo, e respetivas comparações

	Masculino (n=29)		Feminino (n=71)		Mann-Whitney	
	M	DP	M	DP	z	p
ADI						
Comportamental	7.76	5.34	9.49	5.63	-1.49	,138
Cognitiva	11.62	7.28	10.75	5.69	-.457	,648
Afetiva	11.62	7.97	14.92	6.93	-2.33	,020

1.2. Análise da desregulação em função da idade

Para se poder analisar a desregulação em função da idade foram criados dois grupos etários – o Grupo 1, constituído por sujeitos dos 12 aos 14 anos, e o Grupo 2, com sujeitos dos 15 aos 18 anos –, o que permitiu comparar os níveis de desregulação entre adolescentes na fase mais inicial da adolescência e adolescentes um pouco mais velhos.

A comparação das médias entre grupos etários (Quadro 4), através do cálculo do teste *t*, não detetou quaisquer diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($p > .05$). Este resultado permite, assim, concluir que não se verificam alterações no grau de desregulação consoante o grupo etário em que os adolescentes se encontram.

Quadro 4. Médias e desvios-padrão do ADI em função da idade e respetivas comparações

	Grupo 1: 12-14 (n=47)		Grupo 2: 15-18 (n=53)		Teste <i>t</i>	
	M	DP	M	DP	<i>t</i>	<i>P</i>
ADI						
Comportamental	9.47	5.93	8.57	5.26	.806	.422
Cognitiva	10.68	5.93	11.28	6.41	-.485	.628
Afetiva	14.45	7.99	13.53	6.79	.621	.536

1.3. Análise da desregulação em função do tempo de institucionalização

Para se poder analisar a desregulação em função do tempo de institucionalização dos sujeitos, foram criados dois grupos de tempo distintos: o Grupo 1, cujo tempo de institucionalização varia entre 0 e 35 meses, e o Grupo 2, no qual o tempo varia entre 36 e 203 meses.

Quadro 5. Médias e desvios-padrão do ADI em função do tempo de institucionalização e respectivas comparações

	Grupo 1: 0-35 (n=59)		Grupo 2: 36-203 (n=41)		Teste <i>t</i>	
	M	DP	M	DP	<i>t</i>	<i>p</i>
ADI						
Comportamental	8.83	5.65	9.22	5.53	-.342	.733
Cognitiva	10.91	6.12	11.12	6.31	-.164	.870
Afetiva	13.98	7.21	13.93	7.65	.037	.970

Apesar de se observarem ligeiras diferenças entre os grupos no que respeita aos níveis de desregulação (Quadro 5), estas não assumem qualquer significância estatística quando comparadas através do teste *t* ($p > .05$). Perante este resultado conclui-se que não se verificam alterações nos níveis de desregulação em função do tempo de permanência na instituição.

2. Análise da vinculação aos pares

A utilização do IPPA permitiu avaliar a percepção de vinculação dos adolescentes em relação aos amigos, partindo de três fatores: comunicação, confiança e alienação. No Quadro 6 são apresentados os resultados das médias e desvios-padrão obtidos pelo total da amostra, tendo em conta os valores da escala completa e também das suas dimensões. Uma vez que a distinção entre a vinculação segura ou insegura dos adolescentes é realizada atendendo ao valor da mediana, esse valor também é apresentado para a totalidade da escala.

Quadro 6. Médias e desvios-padrão da amostra total da escala IPPA e respetivos fatores

	N=100		
	M	DP	Mediana
IPPA			
Comunicação	28.03	6.37	-
Confiança	37.12	8.01	-
Alienação	15.76	4.53	-
Total	91.39	15.35	91.50

Fazendo uma análise meramente qualitativa, e reduzindo a média à

Associações entre a Desregulação Emocional, a Vinculação aos Pares, e o Tempo de Institucionalização em Adolescentes acolhidos em Lares de Infância e Juventude
Alexandra Isabel Morgadinho Lino (e-mail: alexandra.imlino@gmail.com) 2013

escala de classificação dos itens – que varia entre 1 e 5 pontos – verifica-se que, em relação ao total da amostra, o resultado obtido (3.65) sugere que apesar dos adolescentes se percepcionarem como vinculados aos pares “Bastantes Vezes”, esta percepção encontra-se muito próxima da classificação “Muitas Vezes”, sugerindo uma boa percepção de vinculação aos pares por parte destes.

Em relação às restantes dimensões, verifica-se que os adolescentes percepcionam “Bastantes Vezes” Comunicação (3.50) e Confiança (3.71) com os pares, com destaque para esta última cujo valor se aproxima bastante da classificação “Muitas Vezes”. Por oposição, verifica-se que os adolescentes percepcionam alienação aos pares “Poucas Vezes” (2.25).

2.1. Vinculação aos pares em função do sexo

Perante os resultados acima descritos, procurou-se perceber se estes variavam em função do sexo dos adolescentes.

Quadro 7. Médias e desvios-padrão do IPPA em função do sexo, e respetivas comparações

	Masculino (n=29)		Feminino (n=71)		Mann-Whitney	
	M	DP	M	DP	z	p
IPPA						
Comunicação	28.00	7.06	28.04	6.11	-.049	,961
Confiança	35.62	6.80	37.73	8.43	-1.68	,093
Alienação	16.38	5.07	15.51	4.29	-.591	,555
Total	89.24	14.84	92.26	15.56	-.977	,329

Embora as médias obtidas pelas raparigas apresentem valores ligeiramente maiores que as dos rapazes, as comparações estatísticas não evidenciaram qualquer significância ($p > .05$). Tal significa que não existem diferenças na percepção de vinculação aos pares consoante o sexo.

2.2. Vinculação aos pares em função da idade

A distribuição dos resultados da vinculação aos pares em função da idade dos adolescentes pode ser observada no Quadro 8. A análise do teste *t* permitiu verificar se existem diferenças entre os grupos etários.

Quadro 8. Médias e desvios-padrão do IPPA em função da idade e respetivas comparações

	Grupo 1: 12-14 (n=47)		Grupo 2: 15-18 (n=53)		Teste <i>t</i>	
	M	DP	M	DP	<i>t</i>	<i>p</i>
IPPA						
Comunicação	27.81	5.96	28.23	6.75	-.326	.745
Confiança	37.08	8.09	37.15	8.02	-.041	.968
Alienação	15.38	4.97	16.09	4.11	-.783	.436
Total	91.51	14.99	91.28	15.79	.074	.941

Com efeito, quando comparadas através do teste *t*, estas diferenças não se provaram significativas, quer em relação à totalidade da escala ou para cada uma das dimensões ($p > .05$) permitindo, assim, concluir que não existem diferenças significativas na percepção de vinculação aos pares mediante a idade dos sujeitos.

2.3. Análise da vinculação aos pares em função do tempo de institucionalização

No Quadro 11 encontram-se discriminados os resultados da vinculação aos pares em função do tempo de institucionalização.

Quadro 11. Médias e desvios-padrão do IPPA em função do tempo de institucionalização e respetivas comparações

	Grupo 1: 0-35 (n=59)		Grupo 2: 36-203 (n=41)		Teste <i>t</i>	
	M	DP	M	DP	<i>t</i>	<i>p</i>
IPPA						
Comunicação	27.61	6.56	28.63	6.10	-.790	.432
Confiança	36.76	7.98	37.63	8.13	-.533	.595
Alienação	16.00	4.41	15.41	4.72	.634	.527
Total	90.37	14.77	92.85	16.21	-.794	.429

Os dados obtidos para cada uma das dimensões do IPPA não denotam existir diferenças significativas entre os dois grupos de tempo, como confirmado pela análise do teste *t* ($p > .05$). A mesma conclusão é válida para a totalidade da escala, pelo que se conclui não existirem diferenças estatisticamente significativas na percepção de vinculação aos pares consoante o tempo de permanência na instituição.

2.4. Segurança e insegurança da vinculação

De acordo com Neves, Soares e Silva (1999), os sujeitos cujos resultados se situam acima da mediana na amostra total da escala são classificados como tendo uma vinculação segura, enquanto que aqueles que

apresentam resultados abaixo da mediana, são classificados como tendo vinculação insegura em relação à figura em análise. Atendendo a essas diretrizes e ao valor da mediana para a amostra total obtido para esta escala (ver Quadro 6), foi possível classificar os adolescentes desta amostra como tendo uma vinculação segura ou insegura aos amigos. Essa classificação encontra-se representada no Quadro 9.

Quadro 9. Classificação dos sujeitos de acordo com a segurança e insegurança da vinculação aos pares na amostra total

	N=100			
	Vinculação Segura		Vinculação Insegura	
	n	%	n	%
IPPA				
Amigos	50	50	50	50

Os dados acima representados demonstram que os sujeitos se distribuem uniformemente pelos grupos – Vinculação Segura e Insegura – não existindo superioridade em relação a nenhum deles. Neste sentido, e para poder aprofundar a análise destes dados, procedeu-se à distribuição destes resultados em função do sexo, como discriminado no Quadro 10.

Quadro 10. Classificação dos sujeitos de acordo com a segurança e insegurança da vinculação aos pares em função do sexo

	Vinculação Segura		Vinculação Insegura		Teste do Qui-quadrado	
	n	%	n	%	χ^2	p
IPPA - Amigos						
Masculino	12	41.4	17	58.6	1.214	.27
Feminino	38	53.5	33	46.5		

O número reduzido de sujeitos do sexo masculino nesta amostra não permite estabelecer comparações verdadeiramente representativas entre os dois sexos. É, no entanto, possível analisar estes dados individualmente em cada uma das amostras. Assim, verifica-se que em relação ao sexo masculino, a maioria dos adolescentes (58.6%) apresenta uma Vinculação Insegura aos amigos. Inversamente, a análise dos dados para o sexo feminino revela que estas adolescentes apresentam, na sua maioria (53.5%), uma Vinculação Segura aos amigos. Porém, a comparação entre os valores

obtidos por cada sexo através da análise do Qui-quadrado revela que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os sexos no que respeita à segurança ou insegurança da vinculação aos pares ($p > .05$).

3. Relações entre a desregulação, a vinculação aos pares e o tempo de institucionalização

O cálculo do coeficiente de Pearson permitiu averiguar a existência de correlações entre a desregulação emocional e a vinculação aos pares. Além das correlações para a amostra total (Quadro 11), encontram-se ainda representadas as correlações encontradas em função do sexo masculino (Quadro 12) e feminino (Quadro 13). Uma vez que a amostra do sexo masculino tem um $N < 30$, substituiu-se o cálculo do coeficiente de Pearson pelo de Spearman.

3.1. Desregulação, vinculação aos pares e tempo de institucionalização na amostra total

Em relação ao total da amostra (Quadro 12), os dados revelam que a desregulação cognitiva é a única que se correlaciona com a vinculação aos pares em geral ($r = -.305$; $p < .01$), ainda que moderadamente³. Esta apresenta, ainda, uma correlação com a Comunicação aos pares ($r = -.449$; $p < .01$) que, embora ainda seja considerada uma correlação moderada, tem um valor muito próximo ao de uma correlação forte. Uma vez que esta é uma correlação negativa, tal indica que quanto maior for a desregulação cognitiva menor será a percepção de comunicação com os pares.

No que diz respeito às restantes dimensões, verifica-se que a desregulação comportamental apresenta apenas uma correlação com a alienação ($r = .268$; $p < .01$) que, embora estatisticamente significativa, tem pouca expressão no conjunto de resultados. Foi, ainda, encontrada uma correlação moderada entre a desregulação afetiva e a percepção de alienação aos pares ($r = .330$; $p < .01$).

Analisando a desregulação e a vinculação aos pares em função do tempo de institucionalização, verifica-se não existir qualquer correlação entre estas variáveis.

³ Para interpretar os valores das correlações obtidas foi considerada a classificação de Cohen (2008), com valor de 0 a indicar correlações nulas, valores entre 0.01 e 0.09 correlações muito fracas, valores entre 0.10 e 0.29 correlações fracas, valores entre 0.30 e 0.49 correlações moderadas, valores entre 0.50 e 0.89 correlações fortes, valores entre 0.90 e 0.99 correlações muito fortes, e valores iguais a 1.00 correlações perfeitas.

Quadro 12. Correlações entre a desregulação, a vinculação aos pares e o tempo de institucionalização na amostra total (N=100)

	ADI			Tempo de Institucionalização
	Comportamental	Cognitiva	Afetiva	
IPPA				
Comunicação	.021	-.449**	-.008	.150
Confiança	-.041	-.254*	-.116	.149
Alienação	.268**	-.047	.330**	-.032
Total	-.092	-.305**	-.161	.150
Tempo de Institucionalização	.009	-.049	-.027	-

** $p < 0.01$; * $p < 0.05$

3.1.1. Desregulação e vinculação aos pares nos rapazes e nas raparigas

As correlações entre a desregulação e a vinculação aos pares tendo em conta a variável sexo, exibidas nos Quadros 13 e 14, revelam dados muito interessantes que não foram encontrados na totalidade da amostra.

Quadro 13. Correlações entre a desregulação e a vinculação aos pares no sexo masculino (N=29)

	ADI		
	Comportamental	Cognitiva	Afetiva
IPPA			
Comunicação	,236	-,627**	,101
Confiança	-,093	-,496**	-,255
Alienação	,288	-,174	,486**
Total	-,036	-,480**	-,215

** $p < 0.01$.

Em primeiro lugar, e no caso dos rapazes, observa-se uma correlação entre a desregulação cognitiva e a percepção de vinculação aos pares ($\rho = -.480$; $p < .01$) que, apesar de ainda ser considerada uma correlação moderada, tem um valor muito próximo ao de uma correlação forte, revelando uma associação bastante significativa entre estas duas variáveis. Quer isto dizer que quanto maior for a desregulação cognitiva experienciada pelos rapazes, menor será a sua percepção de vinculação aos pares. Ainda, e de entre todas as dimensões, verifica-se que a Comunicação com os pares é a dimensão da vinculação mais afetada pela desregulação cognitiva ($\rho = -.627$; $p < .01$).

Não obstante, existe uma correlação bastante significativa entre a desregulação afetiva e a alienação ($\rho = .486$; $p < .01$), o que significa que quanto maior for a desregulação afetiva nos rapazes, maior será a percepção de alienação ao pares.

Quadro 14. Correlações entre a desregulação e a vinculação aos pares no sexo feminino (N=71)

	ADI		
	Comportamental	Cognitiva	Afetiva
IPPA			
Comunicação	,072	-,348**	-,052
Confiança	-,056	-,117	-,093
Alienação	,269*	,032	,274*
Total	-,133	-,209	-,146

** $p < 0.01$; *. $p < 0.05$.

Pelo contrário, verifica-se que, no caso das raparigas, apesar de se observarem algumas correlações estatisticamente significativas entre as diferentes dimensões, estas não têm qualquer expressão na percepção de vinculação aos pares. De entre estas, apenas a desregulação cognitiva se correlaciona moderadamente com a Comunicação ($r=-.348$; $p<.01$), enquanto que as restantes correlações são consideradas fracas do ponto de vista estatístico. Ainda assim, é de referir que foram encontradas correlações entre a Alienação e a desregulação comportamental ($r=.269$; $p<.05$) e afetiva ($r=.274$; $p<.05$).

3.2. Efeito preditor da desregulação sobre a vinculação aos pares

Uma vez que se verificou que a desregulação se correlaciona de alguma forma com a vinculação aos pares (em geral ou em cada uma das dimensões do IPPA) procedeu-se ao cálculo do efeito preditor desta variável na vinculação aos pares. Deste modo, realizou-se uma Regressão Linear Múltipla tomando como variáveis predictoras as diferentes dimensões da desregulação e, como variáveis critério, as diferentes dimensões do IPPA, analisadas individualmente. O conjunto de resultados obtidos através desta análise estão sumarizados nos Quadros 15 e 16.

Quadro 15. Sumário do modelo de Regressão Linear Múltipla para cada uma das variáveis critério

Predictora	IPPA				
	Comunicação	Confiança	Alienação	Total	
ADI					
Modelo global	<i>R</i>	.461	.294	.343	.356
	<i>R</i> ²	.212	.087	.117	.126
	<i>F</i>	8.616	3.038	4.255	4.632
	<i>p</i>	.000	.033	.007	.005

Os dados acima representados revelam que o modelo global composto

Associações entre a Desregulação Emocional, a Vinculação aos Pares, e o Tempo de Institucionalização em Adolescentes acolhidos em Lares de Infância e Juventude
Alexandra Isabel Morgadinho Lino (e-mail: alexandra.imlino@gmail.com) 2013

pelas 3 dimensões do ADI prediz, significativamente, a percepção de vinculação aos pares ($p < .05$), explicando 12.6% do seu valor total. Em relação às restantes dimensões do IPPA, verifica-se que este modelo explica 21.2% da Comunicação com os pares, 11.7% da Alienação e 8.7% da Confiança.

Com o intuito de aprofundar a análise desta relação, procurou-se perceber quais as dimensões do ADI que melhor podem explicar a vinculação aos pares (Quadro 16).

Quadro 16. Coeficientes de Regressão Linear Múltipla para a vinculação aos pares

Predictoras		IPPA			
		Comunicação	Confiança	Alienação	Total
ADI					
Comportamental	β	.131	.103	.109	.076
	t	1.12	.813	.878	.614
	p	.267	.418	.382	.541
Cognitiva	β	-.465	-.271	-.047	-.320
	t	-5.07	-2.74	-4.84	-3.32
	p	.000	.007	.629	.001
Afetiva	β	-.109	-.191	.260	-.221
	t	-.927	-1.51	2.09	-1.79
	p	.356	.134	.039	.076

Em consonância com alguns resultados anteriores, a desregulação cognitiva destaca-se como a dimensão que melhor explica a vinculação aos pares, quer para a totalidade da escala ($\beta = -.320$; $p = .001$), quer em relação à percepção de comunicação ($\beta = -.465$; $p = .000$) e confiança nos pares ($\beta = -.271$; $p = .007$), à excepção da alienação. A desregulação afetiva surge, por sua vez, como a dimensão que melhor explica a percepção de alienação aos pares ($\beta = .260$; $p = .039$).

3.3. O tempo de institucionalização enquanto mediador da relação entre a desregulação e a vinculação aos pares

Para poder determinar se o tempo de institucionalização exerce uma influência mediadora sobre a relação entre a desregulação dos adolescentes institucionalizados e a sua vinculação aos pares, foram realizadas análises de Regressão Linear. Uma vez que a desregulação cognitiva é a única que apresenta correlações significativas com a percepção de vinculação aos pares, esta foi seleccionada como variável independente para o presente estudo de mediação.



Figura 1. Modelo de mediação do tempo de institucionalização na regressão linear entre a desregulação e a vinculação aos pares

Modelo 1

Inicialmente, foi testada uma análise de regressão usando como variável independente a desregulação cognitiva e a vinculação total aos pares como variável dependente. O modelo preditor foi significativo [$R^2 = .093$; $F_{(2,98)} = 10.05$; $p = .002$] explicando 9,3% da variância da vinculação aos pares ($\beta = -.305$; $p = .002$).

Modelo 2

De seguida, a análise de regressão foi conduzida com o intuito de examinar a capacidade de a variável independente desregulação cognitiva prever a variável mediadora (tempo de institucionalização). No entanto, este modelo não se revelou significativo [$R^2 = .002$; $F_{(2,98)} = .235$; $p = .629$].

Não sendo o segundo modelo válido deixa de existir uma das condições para que haja uma mediação. Os dados apresentados permitem, assim, concluir que não existe uma mediação por parte da variável Tempo de Institucionalização na predição da Vinculação aos pares por parte da Desregulação.

V - Discussão

A generalidade dos estudos que, até ao momento, procuraram compreender o impacto da desregulação emocional ao nível da relação com os outros, focam-se, sobretudo, na predisposição para vitimizar ou ser-se vitimizado pelos outros. Na verdade, em adolescentes institucionalizados esta não é uma realidade incomum, uma vez que muitos deles reportam serem maltratados pelos seus pares na instituição (Barter, 2003; Nobre-Lima, 2009; Quintãns, 2009). Porém, a importância do grupo de pares não diminui, uma vez que o desenvolvimento destes adolescentes nunca se fará à margem de outros que, como eles, estão a atravessar a mesma condição. O grupo de pares permanece, assim, uma importante fonte de afeto e suporte durante o período da institucionalização, dentro e fora da instituição.

Neste sentido, a presente investigação teve como principal objetivo analisar em que medida a desregulação emocional experienciada pelos adolescentes institucionalizados influenciava a construção de relações significativas com os pares. Pelo facto de o tempo de permanência na instituição ser considerado, por diversos autores, como uma variável passível de exercer um impacto significativo em múltiplos contextos do desenvolvimento (Maclean, 2003; Soares et al., 2010), analisou-se, ainda, a sua influência na relação entre estas variáveis. Se resultados houve que foram ao encontro do que já havia sido relatado pela comunidade científica, outros adquiriram contornos bastante interessantes. Pretende-se, neste capítulo, fazer não só uma síntese desses resultados mas também discutí-los, de forma a compreender o seu valor e significado.

Um dos objetivos do estudo prendia-se com a análise da desregulação em adolescentes institucionalizados, partindo de três domínios: comportamental, cognitivo e afetivo. Investigações anteriores já haviam demonstrado que adolescentes com experiências prévias de mau trato tendem a apresentar níveis superiores de desregulação emocional (Kim & Cicchetti, 2010; Schore, 2001), mas até ao momento não foram encontrados estudos que examinassem estes níveis em adolescentes entregues a um cuidado institucional regular. Os resultados obtidos pelo presente estudo apontam para a existência de uma maior desregulação afetiva nestes adolescentes, por comparação aos restantes domínios.

À luz do conhecimento teórico e empírico existente, estes resultados podem ter diversas interpretações. Em primeiro lugar, a verdade é que a adolescência é, por natureza, um período caracterizado por vivências emocionais muito intensas e reativas e, como tal, por alguma desregulação afetiva (Steinberg, 2005). Como explicado pelo autor,

“it has been speculated that the impact of puberty on arousal and motivation occurs before the maturation of the frontal lobes is complete. This gap may create a period of heightened vulnerability to problems in the regulation of affect and behavior, which might help to explain the increased potential in adolescence for risk-

taking, recklessness, and the onset of emotional and behavioral problems” (p. 70).

Em segundo lugar, o conhecimento que permite a compreensão emocional – essencial para o seu controlo posterior – é adquirido no contexto da relação de vinculação, através da estimulação verbal existente no meio. Referenciando um conjunto significativo de estudos, Carvalho e colaboradoras (2007) explicam que ao falar das suas emoções, as crianças aprendem a identificar estados emocionais particulares, a descrevê-los e a falar acerca das situações que provocam emoções. No passo seguinte, a criança começa a discutir formas de controlar as suas emoções e, por volta dos três anos, começa a reconhecer que as emoções não são apenas determinadas pela situação, mas também pela forma como são avaliadas.

Porém, as crianças pequenas têm dificuldade em conceptualizar sentimentos ambivalentes, especialmente quando eles se referem ao mesmo objeto (Harris, 1983; Harter & Buddin, 1987; citados por Carvalho et al., 2007). Como consequência, tendem a focar-se apenas num aspeto da situação e reconhecer a emoção que pode ser rapidamente sentida, negligenciando outros aspetos da situação (Carvalho et al., 2007). Com o desenvolvimento, este processo pode cristalizar e passar a funcionar como um processo mental, alterando o modo como as pessoas veem o mundo, tomam decisões e respondem ao ambiente (Davidson, Sherer & Goldsmith, 2003, citado por Carvalho et al., 2007).

Devido à pouca estimulação e à ambivalência afetiva que caracterizou o seu ambiente familiar, os adolescentes acolhidos em Instituição nunca aprenderam a identificar corretamente as suas emoções, resultando numa maior desregulação afetiva.

A desregulação afetiva apresenta, no entanto, níveis mais elevados nas raparigas do que nos rapazes, sugerindo que estas são mais desreguladas afetivamente.

Há muito que a sabedoria popular caracteriza as mulheres como mais emocionais do que os homens, embora não tenham sido encontrados estudos que o comprovem. Existem, no entanto, estudos que examinam diferenças entre género ao nível da regulação emocional. Nesta linha, MacRae et al. (2008) encontraram evidência de que a atividade na amígdala e nas áreas pré-frontais é mais reduzida nos homens, sugerindo que estes tendem a ser capazes de regular as emoções negativas com maior eficiência do que as mulheres. Estes resultados vão ao encontro de outros estudos que demonstraram existir uma maior propensão por parte das raparigas para a manifestação de problemas de internalização, como ansiedade e depressão (Neumann et al., 2011; Thayer et al., 2003), caracterizados, sobretudo, pela dificuldade em regular emoções negativas (Macklem, 2008). Pelo contrário, os rapazes tendem a manifestar maiores dificuldades ao nível da externalização (Leadbeater et al., 1999). Estas diferenças podem, em parte, ser explicadas pelo facto de que, enquanto as raparigas apresentam uma maior estabilidade nas suas vulnerabilidades interpessoais, os rapazes

tendem a apresentar maior vulnerabilidade ao auto-criticismo (Leadbeater et al., 1999) e, como tal, expressões emocionais mais reativas.

Não obstante, importa considerar a possibilidade de os resultados obtidos pela amostra total ao nível da desregulação afetiva serem, em parte, influenciados pela esmagadora maioria da amostra do sexo feminino.

A comparação entre grupos etários não encontrou quaisquer diferenças no nível de desregulação em função da idade. À falta de estudos que possam fundamentar estes resultados, uma possível explicação seria a de que a desregulação tende a persistir ao longo do desenvolvimento, com possíveis variações dependendo da etapa de desenvolvimento em que o indivíduo se encontra, assim como de experiências relacionais que suportem a modulação da expressão afetiva. Além disso, uma vez que todos os sujeitos se encontram na mesma etapa do desenvolvimento (embora em fases distintas), e ao terem uma experiência atual de vida muito semelhante, uma vez que estão todos institucionalizados, é natural que não se encontrem disparidades. Talvez diferenças mais acentuadas pudessem ser encontradas em comparações feitas entre crianças e adolescentes, ou entre adolescentes e adultos.

Atendendo agora à análise da vinculação aos pares, verifica-se que, em geral, os adolescentes reportam uma boa percepção de vinculação aos pares. Porém, e contrariamente ao que tem sido avançado por um conjunto significativo de estudos, nos quais as raparigas demonstram ter uma maior percepção de vinculação aos pares (Anastácio, 2013; Armsden & Greenberg, 1987; Gorrese & Ruggieri, 2012), os resultados da presente investigação não detetaram quaisquer diferenças ao nível da percepção de vinculação nestes adolescentes. Não tendo sido encontrado nenhum estudo que possa fundamentar estes resultados podem, no entanto, ser levantadas algumas hipóteses.

Num estudo exploratório realizado por Nobre-Lima (2009), com o intuito de examinar as estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados, a amizade no contexto do grupo de pares surgiu como uma dimensão bastante valorizada nas suas narrativas. Para estes jovens, o grupo de pares assume-se como contexto para experimentar momentos de felicidade, igualdade na relação e partilha de experiências. Configura-se, ainda, como uma importante fonte de afeto, e uma condição essencial para a realização de uma caminhada em direção ao futuro.

Embora o grupo de pares possa ter, para a generalidade dos adolescentes, uma importância semelhante, em adolescentes institucionalizados esta importância pode assumir um significado bem distinto. Privados do colo familiar, é nos pares que estes adolescentes encontram muitas vezes o carinho, o apoio e o conforto de que necessitam, pelo que estes podem assumir um valor muito próximo ao de uma família contendo, por isso, um valor indiferenciável.

As análises em função da idade também não produziram resultados diferenciados. Nesta linha, Gorrese e Ruggieri (2012) alertam para uma certa

inconsistência dos resultados a este nível. Numa meta-análise de sua autoria, os autores referem que, se por um lado, existem estudos que comprovam a existência de uma relação entre a idade e a vinculação, outros há que advogam a inexistência de tal relação. Assim, uma análise conclusiva a este nível parece requerer a realização de estudos longitudinais que avaliem a percepção de vinculação aos pares em diferentes etapas do desenvolvimento do adolescente – desde o início da adolescência até ao início da jovem adultez.

Em relação à análise que permitiu verificar a percentagem de casos com vinculação segura e insegura para o total da amostra, e embora estes resultados tenham sido apresentados, não se considerou pertinente multiplicar as análises em função do sexo. Isto porque o cálculo em que se baseia a distinção entre sujeitos seguros e inseguros (recorde-se que sujeitos cujos resultados estejam acima do valor da mediana são considerados seguros, e sujeitos com resultados abaixo da mediana inseguros) apenas permite estabelecer comparações entre sujeitos da mesma amostra, não sendo possível extrapolar estes resultados e assumí-los como representativos desta população específica. Além disso, tomar o valor da mediana como ponte de corte não parece sensato, na medida em que, qualquer que seja a amostra, e por mais seguros que se apresentem os sujeitos, existirão sempre resultados abaixo desse ponto. Nesses casos, será correto classificar os sujeitos como inseguros, apenas porque apresentam um resultado inferior ao valor da mediana? Poder-se-á dizer que determinados sujeitos têm uma vinculação menos segura comparativamente aos sujeitos da mesma amostra que obtenham resultados superiores à mediana, mas não parece correto classificá-los como inseguros em relação à população geral. Assim sendo, seria importante definir para esta escala um ponto de corte diferente da mediana, que permitisse a generalização dos resultados e a sua comparação com outras amostras.

Discutidos os resultados relativos à desregulação e à vinculação aos pares, segue-se a análise dos dados que permitiram a compreensão da relação entre estas duas variáveis. Importa referir que, o fraco valor de consistência interna do fator alienação apontar para a sua exclusão nas análises realizadas. No entanto, optou-se, cautelosamente, por manter e utilizar este fator nas análises que se seguem, apenas a título de curiosidade científica.

Muito embora seja a desregulação afetiva a que mais sobressai na amostra total, verifica-se que a desregulação cognitiva é a única que apresenta correlações significativas com a vinculação aos pares, quer no total, quer para a comunicação e confiança. Sendo esta uma correlação negativa, os resultados sugerem que quanto maior for a desregulação cognitiva experienciada por estes adolescentes, menor será a sua percepção de vinculação, comunicação e confiança aos pares.

Em consonância com estes resultados, diversas teorias acerca da regulação emocional destacam a importância da cognição no controlo da

expressão comportamental do afeto (Thompson, 1994). Em particular, estudos com crianças maltratadas têm sublinhado as suas dificuldades em compreender o afeto negativo e em controlá-lo de forma adaptativa, influenciando negativamente as relações que estabelecem com os pares, numa dinâmica em que o controlo cognitivo surge como um mediador parcial dos efeitos dos maus tratos sobre a eficácia das interações sociais (Rogosch, Cicchetti & Aber, 1995). O facto de estas crianças não terem uma base segura e consistente que as possa auxiliar na construção de relações significativas constitui uma ameaça ao seu desenvolvimento cognitivo e social, gerando défices na sua capacidade de regular as emoções e o seu comportamento para com os outros (Wolfe, 1999), os quais tendem a prolongar-se no tempo.

De facto, e como referido anteriormente, o controlo exercido pela criança sobre os seus estados emocionais depende da sua capacidade em reconhecê-los e identificá-los. Como em adolescentes institucionalizados esta capacidade nunca chegou a ser adquirida corretamente, o controlo também não poderá ser exercido adaptativamente, influenciando a relação que estes estabelecem com os outros e o modo como perspetivam essas relações. Afinal, a construção de relações íntimas com os pares é moderada pelo desenvolvimento cognitivo do adolescente, pelo que adolescentes com uma maior capacidade cognitiva demonstram um conhecimento mais profundo acerca das suas amizades (Berndt, 1982).

A aprendizagem que a criança faz das suas emoções permite que esta possa, igualmente, reconhecer os estados emocionais dos outros e, assim, desenvolver a capacidade de ser empática, isto é, de compreender os pensamentos e sentimentos dos outros (Thompson, 1987, citado por Anastácio, 2013). Reconhecer que os outros podem ter perspetivas diferentes ajuda a fomentar a compreensão nas relações que a criança vai construindo, essencial para o estabelecimento de vínculos afetivos. Porém, sendo esta uma aprendizagem feita, inicialmente, no contexto da relação de vinculação, não é difícil compreender o motivo pelo qual crianças maltratadas tendem a apresentar dificuldades em perspetivar as reações emocionais do outro (Pears & Fisher, 2005), contribuindo para um acréscimo das suas dificuldades de interação social. Talvez por isso se justifiquem as correlações encontradas, no presente estudo, entre a desregulação afetiva e a alienação aos pares que, embora moderadas, sugerem que esta poderá produzir algum efeito em sentimentos de isolamento, raiva e desapego dos adolescentes institucionalizados para com os seus pares.

Não obstante, um estudo recente de Costa e Mota (2012) com adolescentes institucionalizados, veio demonstrar que adolescentes com vinculações mais inseguras tendem a evitar estratégias de *coping* positivo (e.g. procurar ajuda e suporte), talvez por não confiarem nos outros, por se sentirem pouco apoiados ou por não reconhecerem necessidade de ajuda, promovendo a alienação aos pares.

Ao nível das diferenças encontradas entre sexos, os resultados

encontrados provaram-se bastante interessantes para a compreensão da relação entre as variáveis.

No que respeita ao sexo masculino, os resultados apontam para uma influência bastante significativa da desregulação cognitiva para com a percepção de vinculação aos pares (no total, para a comunicação e para a confiança), sugerindo que quanto maior for a desregulação cognitiva experienciada pelos rapazes, menor será a sua percepção de vinculação aos pares. Do mesmo modo, as correlações significativas observadas entre a desregulação afetiva e a alienação, sugerem que quanto maior for a desregulação afetiva, maior será a percepção de alienação aos pares.

Estes resultados assumem maior relevância estatística na medida em que, por comparação à amostra do sexo feminino, a amostra do sexo masculino é bastante menor. É ainda curioso verificar que, apesar de serem as raparigas a apresentar maior desregulação afetiva na amostra total, é nos rapazes que esta tem maior expressão ao nível dos vínculos estabelecidos, contribuindo significativamente para a percepção de alienação aos pares.

Pelo contrário, e nas raparigas, a relação entre a desregulação cognitiva e a vinculação aos pares não se provou muito significativa. Os resultados sugerem que a desregulação cognitiva exerce apenas alguma influência sobre a percepção de comunicação com os pares, embora moderada. Não obstante, os resultados também demonstram existir alguma influência da desregulação comportamental e afetiva sobre a alienação, embora mais ligeira.

Uma possível explicação para a existência de diferenças tão marcadas entre os sexos poderá residir no facto de que, como referido anteriormente, os rapazes tendem a apresentar maiores problemas de externalização, podendo estes interferir com a construção de relações duradouras e significativas com os pares. Além disso, e no que se reporta ao desenvolvimento normativo, estas diferenças também podem ser explicadas pelo facto de os rapazes basearem mais as suas amizades em atividades ou interesses comuns (e.g. desporto, passatempos) do que em compromissos interpessoais (Sprinthall & Collins, 2011). Pelo contrário, as raparigas tendem a ser mais expressivas e empáticas, dando prioridade ao estabelecimento de relações de amizade baseadas no companheirismo mútuo (Gorrese & Ruggieri, 2012; Sprinthall & Collins, 2011). O nível de intimidade que as raparigas procuram nas relações de amizade que estabelecem com os pares poderá, assim, constituir o motivo pelo qual a desregulação – comportamental, cognitiva e afetiva – não exerce uma influência tão marcante na sua percepção de vinculação aos pares.

As correlações acima descritas deixam antever o valor preditivo dos níveis de desregulação em relação à vinculação aos pares. Assim, verifica-se que a desregulação (comportamental, cognitiva e afetiva) prediz, significativamente, a percepção de vinculação aos pares por parte destes adolescentes. Esta predição revela-se maior para os níveis de comunicação, seguido dos níveis de alienação e confiança nos pares. De entre estas, a dimensão cognitiva surge como a que melhor explica a vinculação aos pares

– no total, na comunicação e na confiança. A desregulação afetiva é, por sua vez, a dimensão da desregulação que melhor explica a percepção de alienação aos pares.

De um modo geral, estas conclusões oferecem suporte empírico para a concepção do desenvolvimento como um processo mediado pela interação entre a emoção e a cognição (Thompson, 2011). Na adolescência, em particular, esta parceria assume um importante destaque, na medida em que a influência exercida entre elas irá contribuir para a maturação dos lobos frontais que, por sua vez, irá promover a competência regulatória necessária para um bom ajustamento na idade adulta (Steinberg, 2005).

Finalmente, as análises que permitiram analisar a influência do tempo de permanência na instituição nas variáveis em estudo, revelaram que este não exerce qualquer influência quer sobre cada uma das variáveis, quer sobre a relação entre elas. Neste sentido, poder-se-á refletir: se não é uma questão de tempo, poderá então ser uma questão de qualidade?

A atenção prestada pela comunidade científica à qualidade dos cuidados oferecidos nas instituições não é recente. Estudos prévios com crianças acolhidas em orfanatos já haviam encontrado evidência que uma boa nutrição e estimulação cognitiva (Tizard, 1977, citado por MacLean, 2003), assim como a disponibilidade de brinquedos e o facto de se ser o preferido na instituição, se associavam a um menor número de atrasos no desenvolvimento (Morrison et al., 1995, citado por MacLean, 2003). Mais recentemente, resultados preliminares de um estudo levado a cabo por Soares e colaboradoras (2010) com crianças em Centros de Acolhimento Temporário, sugerem que a qualidade dos cuidados pode fazer a diferença no desenvolvimento sócio-emocional destas crianças.

Muito embora estes estudos tenham sido realizados com crianças em idades mais precoces, estas conclusões parecem estender-se a outros períodos do desenvolvimento, como a adolescência. Nesta fase, em particular, estudos sugerem que um ambiente residencial calmo e pouco restrito encoraja os adolescentes a procurar apoio com maior frequência, a partilhar os seus pensamentos e sentimentos, bem como a discutir estratégias de *coping* mais adequadas para lidar com experiências mais complexas e dolorosas (Attar-Schwartz, 2013). Segundo a mesma autora ajuda, ainda, a prevenir comportamentos de fuga das instituições, prevenindo a exposição dos adolescentes a riscos maiores.

Também a qualidade da relação entre adolescentes e funcionários nas instituições, materializada no carinho e no afeto prestado, assim como nos limites impostos, configura-se como uma questão extremamente organizadora do mundo destes jovens (Mota & Matos, 2010).

A importância reconhecida da qualidade dos cuidados para o bom desenvolvimento das crianças e adolescentes em acolhimento institucional tem, inclusive, levado alguns profissionais a apostar na criação de programas destinados a dotar os funcionários das competências necessárias à construção de uma boa relação com os jovens, com vista à promoção de comportamentos resilientes (ver Anglin, 2002; Hawkins-Rodgers, 2007;

Holden, 2009). Isto porque,

“the type of experience that an adolescent has in the residential home can be life altering and could possibly be for some, the ultimate model used to formulating the basis of establishing their own families in the future. As a result of experiencing a loving, caring and supportive environment in which to learn new skills for survival the adolescent has a better chance to manage independent living” (Hawkins-Rodgers, 2007, p. 1140).

Talvez o tempo de permanência na instituição não signifique tanto quanto a qualidade dos vínculos que nela se estabelecem que, em certa medida, poderão contribuir para estes adolescentes possam construir representações relacionais diferentes do que aquelas que consigo trouxeram para a instituição. Quem sabe, com elas talvez surjam formas mais adaptativas de autorregulação. Porém, é necessário que estes adolescentes beneficiem de um cuidado regular e consistente, o que nem sempre é possível devido à rotatividade dos cuidadores existentes. Ainda assim, para que a qualidade dos cuidados possa produzir o efeito desejado, será sempre preciso... tempo.

VI - Conclusões

A investigação que culminou nesta dissertação teve como objetivo estudar a relação existente entre a desregulação emocional experienciada por adolescentes institucionalizados e a sua percepção de vinculação aos pares. Dada a influência comprovada do tempo de permanência na instituição em múltiplos contextos do desenvolvimento na infância, foi ainda examinado o possível impacto que este poderia exercer nestas variáveis, individualmente e na relação entre elas.

Análises feitas, os resultados obtidos pelo presente estudo demonstraram que: (1) os adolescentes apresentam níveis superiores de desregulação afetiva; (2) a percepção de vinculação aos pares é influenciada exclusivamente pela desregulação cognitiva, mas apenas nos rapazes; (3) a desregulação prediz, significativamente, a percepção de vinculação aos pares; (4) a percepção de vinculação aos pares é melhor explicada pela desregulação cognitiva; (5) o tempo de permanência na instituição não exerceu qualquer tipo de influência nas variáveis em estudo.

Tomando em consideração estes e outros resultados obtidos, considera-se, de um modo geral, que os objetivos propostos pelo presente estudo foram alcançados. Ainda assim, este estudo comporta algumas limitações que impossibilitam a generalização de alguns dos resultados obtidos, ou a sua utilização para referência futura. Fala-se do facto de a amostra ser pequena e composta maioritariamente por elementos do sexo feminino, e do valor de consistência interna encontrado para o fator alienação, respetivamente.

Embora a desregulação emocional influencie o estabelecimento de vínculos afetivos com os pares, estudos sugerem que a relação com os pares pode atuar como um importante mediador e moderador da influência da desregulação emocional sobre o comportamento agressivo (Röll, Koglin & Petermann, 2012). Em contexto institucional, práticas que promovam interações mais positivas com os pares têm produzido resultados bastante interessantes, verificando-se algumas melhorias na relação com os pares e no auto-conceito dos adolescentes (Bowers et al., 2000; James, 2011). Estas conclusões reforçam, assim, a necessidade de apostar na qualidade das interações entre pares em contexto institucional, utilizando-as como meio para a promoção de estilos de *coping* mais adaptativos nos adolescentes.

Uma vez que o tempo de permanência na instituição não produziu qualquer impacto nas variáveis em estudo, bem como na relação entre elas, de futuro, seria interessante estudar a influência da qualidade dos cuidados na relação entre a desregulação emocional e a percepção de vinculação aos pares.

Referências bibliográficas

- Adrian, M., Zeman, J., Erdley, C., Lisa, L., & Sim, L. (2011). Emotional dysregulation and interpersonal difficulties as risk factors for nonsuicidal self-injury in adolescent girls. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 39, 389-400.
- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E. & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: a psychological study of the strange situation*. Hillsdale: Erlbaum.
- Alberto, I. (2002). “Como pássaros em gaiolas”? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R. Abrunhosa Gonçalves, *Violência e Vitimas de Crimes: Vol.2- Crianças* (pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I. (2006). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.
- Ames, E. (1997). *The development of Romanian orphanage children adopted into Canada*. Final report to the National Welfare Grants Program: Human resources development Canada. Burnaby, British Columbia: Simon Fraser University.
- Anastácio, S. (2013). *Estudo da relação entre a empatia e a vinculação aos pais e aos pares na adolescência*. Universidade de Coimbra: Tese de Mestrado.
- Anglin, J. P. (2002). *Pain, normality and the struggle for congruence: reinterpreting residential care for children and youth*. New York: Routledge.
- Armsden, G., & Greenberg, M. (1987). The inventory of parent and peer attachment: Individual differences and their relationship to psychological well-being in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 16 (5), 427-454.
- Attar-Schwartz, S. (2013). Runaway behavior among adolescents in residential care: The role of personal characteristics, victimization experiences while in care, social climate, and institutional factors. *Children and Youth Services Review*, 25, 258-267.
- Atwool, N. (2006). Attachment and resilience: Implications for children in care. *Child Care in Practice*, 12 (4), 315-330.
- Barter, C. (2003). Young people in residential care talk about peer violence. *Scottish Journal of Residential Child Care*, 2 (2), 39-50.

- Berndt, T.J. (1987). The features and effects of friendship in early adolescence. *Child Development*, 53, 1447-1460.
- Bolger, K. E., Patterson, C. J., & Kupersmidt, J. B. (1998). Peer relationships and self-esteem among children who have been maltreated. *Child Development*, 69, 4, 1171-1197
- Borelli, J. L. (2008). *Emotional reactivity and children's representational models of attachment relationships*. Universidade de Yale: Tese de Doutorado.
- Bowers, F., Woods, D., Carlyon, W., & Friman, P. (2000). Using positive peer reporting to improve the social interactions and acceptance of socially isolated adolescents in residential care: A systematic replication. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 33, 239-242
- Bridges, L., Denham, S. A., & Ganiban, J. (2004). Definitive issues in emotion regulation research. *Child Development*, 75, 340-345.
- Browne, K. & Hamilton, C. (1998). Physical violence between young adults and their parents: associations with a history of child maltreatment. *Journal of Family Violence*, 13 (1), 59-79.
- Canha, J. (2002). A criança vítima de violência. In C. Machado & R. Gonçalves (Eds.), *Violência e Vítimas de Crimes – Crianças* (Vol. 2, pp. 13-36). Coimbra: Quarteto.
- Carlson, V., Cicchetti, D., Barnett, D. & Braunwald, K. (1989). Disorganised/disoriented attachment relationships in maltreated infants. *Developmental Psychology*, 25 (4), 525-531.
- Carlson, M. & Earls, F. (1997). Psychological and neuro-endocrinological sequelae of early social deprivation in institutionalized children in Romania. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 807, 419-428.
- Carvalho, M., Martins, E., Neves, L. & Soares, I. (2007). Vinculação e emoções. In I. Soares (Coord.) *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: teoria e avaliação* (pp.159-191). Braga: Psiquilíbrios.
- Chapple, C., Tyler, K. & Bersani, B. (2005). Child neglect and adolescent violence: examining the effects of self-control and peer rejection. *Violence and Victims*, 20 (1), 39-53.
- Chugani, H., Behen, M., Musik, O., Juhász, C., Nagy, F. & Chugani, D. (2001). Local brain functional activity following early deprivation: A study of postinstitutionalized Romanian orphans. *Neuroimage*, 14, 1290-1301.

- Cicchetti, D., & Toth, S. (2005). Child maltreatment. *Annual Review of Clinical Psychology*, 1, 409-438
- Cicchetti, D., Toth, S. & Lynch, M. (1995). Bowlby's dream comes full circle: The application of attachment theory to risk and psychopathology. In T. Ollendick & R. Prinz (Eds.), *Advances in clinical child psychology* (Vol. 17, pp. 1-75). New York: Plenum Press.
- Cohen, B. (2008). *Explaining psychological statistics*. New Jersey: Hoboken.
- Coleman, J. C. (2011). *The nature of adolescence* (4^a ed.). London: Routledge
- Costa, M., & Matos, C. P. (2012). Configuração familiar, género e *coping* em adolescentes: papel dos pares. *Psicologia em Estudo*, 17 (4), 567-575.
- Crosnoe, R., Erikson, K., & Dornbusch, S. (2002). Protective function of family relationships and school factors on the deviant behavior of adolescent boys and girls: reducing the impact of risky friendships. *Youth and Society*, 33, 515-544.
- Fisher, L., Ames, E., Chisholm, K. & Savoie, L. (1997). Problems reported by parents of Romanian orphans adopted to British Columbia. *International Journal of Behavioral Development*, 20, 67-83.
- Goleman, D. (1995). *Inteligência emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Gorrese, A., & Ruggieri, R. (2012). Peer attachment: A meta-analytic review of gender and age differences and associations with parent attachment. *Journal of Youth and Adolescence*, 41, 650-672.
- Greenberg, M. T., Kusché, C. A., & Speltz, M. (1991). Emotional regulation, self-control, and psychopathology: The role of relationships in early childhood. In D. Cicchetti & S. Toth (Eds.), *Internalizing and externalizing expressions of dysfunction: Rochester Symposium on Developmental Psychopathology* (Vol. 2, pp. 21-55). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- Greenberg, M. T., & Kusché, C. A. (1998). Preventive intervention for school-age deaf children: The PATHS curriculum. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 3 (1), 49-63.
- Gwynn, C., Meyer, R., & Schaefer, C. (1993). The influence of the peer culture in residential treatment. In C. Schaefer & Swanson, A. (Eds),

- Children in residential care: Critical issues in treatment* (2^a ed., pp. 104-133). Northvale, N.J.: Jason Aronson Inc.
- Hawkins-Rodgers, Y. (2007). Adolescents adjusting to a group home environment: A residential care model for re-organizing attachment behavior and building resiliency. *Children and Youth Services Review*, 29, 1131-1141.
- Hilt, L.M., Hanson, J.L. & Pollack, S.D. (2011). Emotion dysregulation. In B. Brown & M. Prinstein (Eds.), *Encyclopedia of Adolescence* (Vol. 3, pp. 160-169). New York: Elsevier Academic Press
- Holden, M. J. (2009). *Children and residential experiences: Creating conditions for change* (2^a ed.). Washington: The Child Welfare League of America.
- Hudson, J. (2000). Peer groups: A neglected resource. In M. Chakrabarti & M. Hill (Eds.), *Residential child care: international perspectives on links with families and peers* (pp.141-156). London: Jessica Kingsley Publishers.
- James, S. (2011). What works in group care? – A structured review of treatment models for group homes and residential care. *Children and Youth Services Review*, 33, 308-321
- Johnson, D., Miller, L., Iverson, S., Thomas, W., Franchino, B., Dole, K., Kiernan, M., Georgieff, M. & Hostetter, M. (1992). The health of children adopted from Romania. *Journal of American Medical Association*, 268, 3446-3451.
- Jongenelen, I., Carvalho, M., Mendes, T., & Soares, I. (2007). Vinculação na adolescência. In I. Soares (Coord.) *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: teoria e avaliação* (pp.99-120). Braga: Psiquilíbrios.
- Kim, J. & Cicchetti, D. (2010). Longitudinal pathways linking child maltreatment, emotion regulation, peer relations and psychopathology. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 51 (6), 706-716.
- Kim, M., Tajima, E., Herrenkohl, T. & Huang, B. (2009). Early child maltreatment, runaway youths and risk of delinquency and victimization in adolescence: A mediational model. *Social Work Research*, 30 (1), 19-28.
- Kopp, C. (1989). Regulation of distress and negative emotions: a developmental view. *Developmental Psychology*, 25 (3), 343-354.
- Laible, D.J., Carlo, G., & Raffaelli, M. (2000). The differential relations of

- parent and peer attachment to adolescent adjustment. *Journal of Youth and Adolescence*, 29 (1), 45-59.
- Lazarus, R. (2006). Emotions and interpersonal relationships: Toward a person-centered conceptualization of emotions and coping. *Journal of Personality*, 74 (1), 9-46.
- Leadbeater, B. J., Kuperminc, G. P., Blatt, S. J., & Hertzog, C. (1999). A multivariate model of gender differences in adolescent's internalizing and externalizing problems. *Developmental Psychopathology*, 35 (5), 1268-1282.
- Lieberman, M., Doyle, A., & Markiewicz, D. (1999). Developmental patterns in security of attachment to mother and father in late childhood and early adolescence: Associations with peer relations. *Child Development*, 70 (1), 202-213.
- Macklem, G. L. (2008). *Practitioner's guide to emotion regulation in school-aged children*. New York: Springer.
- MacLean, K. (2003). The impact of institutionalization on child development. *Development and Psychopathology*, 3, 853-884.
- Malatesta, C. & Haviland, J. (1982). Learning display rules: The socialization of emotion expression in infancy. *Child Development*, 53, 991-1003.
- Martins, P. C. (2005). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – as Respostas Institucionais. Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: *Crianças em Risco: Será possível converter o risco em oportunidade?* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- McRae, K., Ochsner, K. N., Mauss, I. B., Gabrielli, J. J., Gross, J. J. (2008). Gender differences in emotion regulation: An fMRI study of cognitive reappraisal. *Group Processes and Intergroup Relations*, 11 (2), 148-162.
- Mezzich, A., Tarter, R., Giancola, P. & Kirisci, L. (2001). The Dysregulation Inventory: A new scale to assess the risk for substance use disorder. *Journal of Child and Adolescent Substance Abuse*, 10 (4), 35-43.
- Mikulincer, M., Shaver, P. R., & Pereg, D. (2003). Attachment theory and affect regulation: The dynamics, development, and cognitive consequences of attachment-related strategies. *Motivation and Emotion*, 27, 77-102.
- Monks, C.P., Smith, P.K., Naylor, P., Barter, C., Ireland, J.L., & Coyne, I.

- (2009). Bullying in different contexts: Commonalities, differences and the role of theory. *Aggression and Violent Behavior*, 14, 146-156.
- Morris, A., Silk, J., Steinberg, L., Myers, S. & Robinson, L. (2007). The role of the family context in the development of emotion regulation. *Social Development*, 1 (16), 361-388.
- Mota, C. & Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 2 (28), 245-254.
- Motta, C., Rijo, D., Sousa, B., Pereira, M. & Correia, L.. The Abbreviated Dysregulation Inventory: Dimensionality and psychometric properties. Artigo não publicado.
- Mullin, B. & Hinshaw, S. (2007). Emotion regulation and externalizing disorders in children and adolescents. In J. Gross (Ed.), *Handbook of Emotion Regulation* (pp. 523-541). New York: The Guilford Press.
- Nelson, C., Zeanah, C., Fox, N., Marshall, P., Smyke, A. & Guthrie, D. (2007). Cognitive recovery in socially deprived young children: The Bucharest Early Intervention Project. *Science*, 318, 1937-1940.
- Neumann, A., van Lier, P. A., Frijns, T., Meeus, W., & Koot, H. M. (2011). Emotional dynamics in the development of early adolescent psychopathology: a one-year longitudinal study. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 39 (5), 657-669.
- Neves, L., Soares, I. & Silva, M.C. (1999). Inventário da Vinculação na Adolescência – I.P.P.A. In M. Simões, M. Gonçalves & L. Almeida (Eds.), *Testes e Provas Psicológicas em Portugal – Vol. 2* (p.37-48). Braga: Sistemas Humanos e Organizacionais, Lda.
- Nobre-Lima, L. (2000). *Concepções sobre a adolescência e promoção da autonomia – estudo exploratório*. Universidade de Coimbra: Tese de Mestrado.
- Nobre-Lima, L. (2009). *Estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados*. Universidade de Coimbra: Tese de Doutoramento.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2001). *O mundo da criança* (8ª ed.). Lisboa: McGraw-Hill.
- Pears, K.C., & Fisher, P.A. (2005). Emotion understanding and theory of the mind among maltreated children in foster care: Evidence of deficits. *Development and Psychopathology*, 17, 47-65.

- Pereira, M. (2008). *Desenvolvimento de crianças em centros de acolhimento temporário e relação com os seus cuidadores*. Universidade do Minho: Tese de Mestrado.
- Pereira, M., Soares, I., Dias, P., Silva, J., Marques, S. & Baptista, J. (2010). Desenvolvimento, psicopatologia e Apego: Estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23 (2), 222-231.
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS (5ªed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Quintães, C. (2009). *Era uma vez a instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre a experiência de institucionalização*. Universidade do Minho: Tese de Mestrado.
- Raja, S. N., McGee, R., & Stanton, W. (1992). Perceived attachments to parents and peers and psychological well-being in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 21 (4), 471-485.
- Ramião, T. (2006). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Anotada e Comentada*. Lisboa: Quid Juris
- Raymond, M. (1996). Reflexões sobre o acompanhamento em instituição de adolescentes difíceis. *Infância e Juventude*, 3, 25-116.
- Rogosch, F. A., Cicchetti, D., & Aber, J. L. (1995). The role of child maltreatment in early deviations in cognitive and affective processing abilities and later peer relationship problems. *Development and Psychopathology*, 7 (4), 591-609.
- Röll, J., Koglin, U., & Petermann, F. (2012). Emotion regulation and childhood aggression: Longitudinal associations. *Child Psychiatry and Human Development*, 43, 909-923.
- Rutter, M. & English and Romanian Adoptees Study Team (1998). Developmental catch-up and deficit following adoption after severe global early deprivation. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 39 (4), 465-476.
- Schelble, J., Franks, B. & Miller, M. (2010). Emotion dysregulation and academic resilience in maltreated children. *Child Youth Care Forum*, 39, 289-303.
- Shields, A., & Cicchetti, D. (2001). Parental maltreatment and emotion dysregulation as risk factors for bullying and victimization in middle childhood. *Journal of Clinical Child Psychology*, 30, 349-363.

- Schore, A. (2001). The effects of early relational trauma on right brain development, affect regulation, and infant mental health. *Infant Mental Health Journal*, 22 (1-2), 201-259.
- Sim, L., & Zeman, J. (2006). The contribution of emotion regulation to body dissatisfaction and disordered eating in early adolescent girls. *Journal of Youth and Adolescence*, 35 (2), 207-216.
- Smith, C. & Thornberry, T. (1995). The relationship between childhood maltreatment and adolescent involvement in delinquency. *Criminology*, 33(4), 451-481.
- Soares, I. (2007). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In I. Soares (Coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp.13-45). Braga: Psiquilíbrios.
- Soares, I., Silva, J., Marques, S., Baptista, J. & Oliveira, A. (2010). Uma perspectiva desenvolvimental sobre o impacto da institucionalização e da adopção em crianças. In C. Machado (Coord.), *Vitimologia: Das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção* (pp.45-80). Braga: Psiquilíbrios.
- Soares, I., Martins, E. & Tereno, S. (2007). Vinculação na infância. In I. Soares (Coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp.47-98). Braga: Psiquilíbrios.
- Sprinthall, N.A., & Collins, W.A. (2011). *Psicologia do Adolescente: uma abordagem desenvolvimentista* (5ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sroufe, L. A. (1996). *Emotional development: The organization of emotional life in the early years*. New York: Cambridge University Press.
- Sroufe, L. A. (2005). Attachment and development: a prospective, longitudinal study from birth to adulthood. *Attachment and Human Development*, 7 (4), 349-367.
- Steinberg, L. (2005). Cognitive and affective development in adolescence. *Trends in Cognitive Sciences*, 9 (2), 69-74.
- Steinberg, L., & Morris, A. S. (2001). Adolescent development. *Annual Review of Psychology*, 52, 83-110.
- Thayer, J. F., Rossy, L. A., Ruiz-Padial, E., & Johnsen, B. H. (2003). Gender differences in the relationship between emotional regulation and depressive symptoms. *Cognitive Therapy and Research*, 27 (3), 349-364.

- Thompson, R.A. (1994). Emotion regulation: a theme in search of definition. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59 (2-3), p. 25-52.
- Thompson, R.A. (2011). Emotion and emotion regulation: Two sides of the developing coin. *Emotion Review*, 3 (1), 53-61.
- Thompson, R., Smith, G., Osgood, D., Dowd, T., Friman, P. & Daly, D. (1996). Residential care: A study of short- and long-term educational effects. *Children and Youth Services Review*, 18 (3), 221-242.
- Thrane, L., Hoyt, D., Whitbeck, L. & Yoder, K. (2006). Impact of family abuse on running away, deviance, and street victimization among homeless rural and urban youth. *Child Abuse and Neglect*, 30, 1117-1128.
- Tyler, K., Johnson, K. & Brownridge, D. (2008). A longitudinal study of the effects of child maltreatment on later outcomes among high-risk adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 37, 506-521.
- Wilkinson, R. B. (2004). The role of parental and peer attachment in the psychological health and self-esteem of adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 33 (6), 479-493.
- Wolfe, D. (1999). *Child abuse: Implications for child development and psychopathology* (2nd ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.
- Wright, J., Friedrich, W., Cinq-Mars, C., Cyr, M. & McDuff, P. (2004). Self-destructive and delinquent behaviors of adolescent female victims of child sexual abuse: Rates and covariates in clinical and nonclinical samples. *Violence and Victims*, 19 (6), 627-643.
- Zeman, J., Shipman, K. & Suveg, C. (2002). Anger and sadness regulation: Predictions to internalizing and externalizing symptoms in children. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 31 (3), 393-398.
- Zingraff, M., Leiter, J., Myers, K. & Johnsen, M. (1993). Child maltreatment and youthful problem behavior. *Criminology*, 31(2), 173-202.

Anexos

ERRATA

<i>Página</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Deve ler-se</i>
9	citado Jongenelen, 2007	citado por Jongenelen et al., 2007
10	Steinberg e Morris, 2001	Steinberg & Morris, 2001
22	χ^{22}	χ^2
23	Além das correlações para a amostra total (Quadro 11), encontram-se ainda representadas as correlações encontradas em função do sexo masculino (Quadro 12) e feminino (Quadro 13).	Além das correlações para a amostra total (Quadro 12), encontram-se ainda representadas as correlações encontradas em função do sexo masculino (Quadro 13) e feminino (Quadro 14).
31	Importa referir que, o fraco valor de consistência interna do fator alienação apontar	Importa referir que o fraco valor de consistência interna do fator alienação aponta
39	Costa, M., & Matos, C.P.	Costa, M., & Mota, C. P.